UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - ÁREA: ECONOMIA
APLICADA

HENRIQUE AUGUSTO CAMPOS FERNANDEZ HOTT

Migração partidária e resultados de política: evidência para municípios brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai

RIBEIRÃO PRETO
2018

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Renato Leite Marcondes
Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dr. Sérgio Naruhiko Sakurai
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia - Área: Economia Aplicada

HENRIQUE AUGUSTO CAMPOS FERNANDEZ HOTT

Migração partidária e resultados de política: evidência para municípios brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - Área: Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai

RIBEIRÃO PRETO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Hott, Henrique Augusto Campos Fernandez

Migração partidária e resultados de política: evidência para municípios brasileiros / Henrique Augusto Campos Fernandez Hott – Ribeirão Preto, 2018.

83f.: il.; 30 cm

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia - Área: Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP. – Universidade de São Paulo

Orientador: Sakurai, Sergio Naruhiko

1. Nova Economia Política. 2. Migração Partidária. 3. Sistema Partidário.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus pela oportunidade de cursar o mestrado na FEA-RP e pelas conquistas nesses anos, à minha família e amigos pela força e apoio nos momentos mais difíceis.

Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Sakurai, por sua paciência e excelentes ensinamentos que vão além do âmbito acadêmico. Foi um prazer tê-lo como orientador, sem a sua ajuda esse trabalho não teria sido possível.

Aos professores do programa de Mestrado em Economia Aplicada sou grato pelas aulas e lições nesses anos e agradeço em especial ao Prof. Dr. Luiz Guilherme Scorzafave e Prof^a. Dr^a. Elaine Pazello, com quem pude trabalhar durante meu período de monitor para os mestrandos. Além deles, deixo meu agradecimento ao Prof. Dr. Marcos Nakaguma pelos valiosos conselhos que tornaram essa dissertação possível. Agradeço ainda ao Prof. Dr. Luciano Nakabashi e ao Prof. Dr. Rudinei Toneto pelo ano de trabalho no CEPER.

Agradeço por fim aos funcionários da secretaria de graduação e da secretaria de pós-graduação, principalmente à Selma Lúcia Pontes e ao Silvio Bezerra, pela atenção e disposição em todos os momentos.

RESUMO

HOTT, H. A. C. F. **Migração partidária e resultados de política: Evidência para municípios brasileiros.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

A migração partidária, embora seja um evento relativamente raro na maioria dos países, trata-se de um fenômeno disseminado no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar empiricamente os efeitos da migração partidária sobre variáveis políticas entre os anos de 2001 e 2012, fazendo uso de um banco de dados com 4974 municípios. Além disso, parte-se de uma abordagem alternativa, uma vez que, diferente da literatura convencional que trata da migração partidária de legisladores, neste artigo a atenção se voltará para o executivo, mais especificamente, para os prefeitos, algo ainda não explorado pela literatura. A mudança partidária do prefeito é interpretada como um efeito de tratamento, em que o grupo tratado é o de municípios cujo prefeito mudou de partido durante a vigência do seu mandato. Para encontramos um município no grupo de controle que possua as mesmas chances de ser tratado aplicamos um Propensity Score Matching (PSM), e então será comparado o impacto da migração sobre os políticos migrantes. Os resultados obtidos via *logit* apontam que os prefeitos pertencentes a partidos coligados a esferas superiores de poder tem menor probabilidade de mudarem de partido, uma vez que estes teriam melhores condições de auxiliarem os prefeitos em sua tentativa de reeleição. Além disso, foi concluído que os prefeitos migrantes possuem maior chance de tentarem se reeleger na eleição seguinte, mas sem muito impacto sobre a chance de se reelegerem, sendo que, dentre os migrantes, os melhores desempenhos para ambas as variáveis dependentes se encontram entre aqueles que migram de um partido de fora da base do governo estadual para um partido que esteja dentro dessa base. Por fim, não foi constatado nenhum efeito estatisticamente significativo da migração, tanto em si como desagregada pelos tipos de migrantes, sobre as transferências recebidas pelos municípios.

Palavras-chaves: Nova Economia Política, Migração Partidária, Sistema Partidário.

ABSTRACT

HOTT, H. A. C. F. **Party Switching and Policy Outcomes: Evidence for Brazilian Municipalities.** 2018. Dissertation (Master Degree) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

Although party switching is a relatively rare event in most countries, it is a widespread phenomenon in Brazil. This paper aims to present empirically the effects of party switching on political variables between the years 2001 and 2012, using a database with 4974 municipalities. Moreover, it is based on an alternative approach, since the conventional literature deal with party switching of legislators, this paper will focus on the executive, more specifically, on mayors, something not yet explored in the literature. The mayor's party switching is interpreted as a treatment effect, in which the treated group is that of municipalities whose mayor changed party during the term of his mandate. To find a municipality in the control group that has the same chances of being treated, we apply Propensity Score Matching (PSM), and then the impact of the switching on the switcher politicians will be compared. The results obtained by *logit* show that mayors belonging to parties affiliated with the state governor's party or the president's party are less likely to change parties, since they would be better able to assist the mayors in their re-election attempt. Moreover, it was concluded that switchers mayors are more likely to attempt reelection in the next election, but without much impact on the chance of re-election, and among the switchers, the best performances for both dependent variables are among those who switch from a party outside the state government coalition to a party within that coalition. Finally, there was no statistically significant effect of switching, both in itself and disaggregated by the types of switchers, on the transfers received by the municipalities.

Key-words: New Political Economy, Party Switching, Party System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de migrações por ano	43
Figura 2 – Migrações por unidades da federação	44
Figura 3 – Participação no total de prefeituras e de migração	45
Figura 4 – Migrações para a base do governador por estado	46
Figura 5 – Ideologias e Migrações	47
Figura 6 – Participação no total de prefeituras e de migração	47
Figura 7 – Migrações por partido	49
Figura 8 – Participação no total de prefeituras e percentual de migração	50
Figura 9 – Participação no total de prefeituras e de migração	51
Figura 10 – Idade dos prefeitos e migração	52
Figura 11 – Participação no total de prefeituras e de migração	53
Figura 12 – Histograma do <i>propensity score</i> - controle e tratamento	58
Figura B1 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2000	81
Figura B2 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2004	82
Figura B3 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2008	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenças em Diferenças	40
Tabela 2 – Estatísticas descritivas - municípios em que os prefeitos não migram vs aqueles em que os prefeitos migraram	43
Tabela 3 – Participação nas coligações por ideologia	48
Tabela 4 – Resultado das estimações do modelo de escolha binária	56
Tabela 5 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre reapresentação - sem especificar por tipo de migração	60
Tabela 6 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre a reapresen- tação - especificando por tipo de migração	62
Tabela 7 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre reeleição - sem especificar por tipo de migração	63
Tabela 8 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre a reeleição - especificando por tipo de migração	65
Tabela 9 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre as transferên- cias intergovernamentais	69
Tabela 10 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre as transferên- cias intergovernamentais, por tipo de migração	71
Tabela A1 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2003	78
Tabela A2 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2007	79
Tabela A3 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2011	80

SUMÁRIO

	Lista de ilustrações	7
	Lista de tabelas	8
1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1	Partidos e Migração	14
2.2	Literatura Nacional	15
2.2.1	Fatores Institucionais e Conjunturais: A migração centrífuga entre 1979-1994	15
2.2.2	O Comportamento Maximizador de Políticos e Partidos: A migração centrípeta entre 1994-2008	18
2.2.3	A Resolução do TSE e a Fidelidade Partidária: A Migração partidária entre 2008-2015	23
2.3	Literatura Internacional	26
3	OBJETIVOS	32
4	MATERIAL E MÉTODOS	33
4.1	Metodologia	33
4.2	Modelos de Escolha Binária	33
4.3	<i>Propensity Score Matching</i>	35
4.4	Dados em Painel	38
4.5	<i>Differences in Differences (Diff-in-Diff)</i>	39
5	DESCRIÇÃO DOS DADOS	42
6	RESULTADOS	54
6.1	Primeiro estágio: determinantes da migração partidária	54
6.2	Segundo Estágio: Efeitos da Migração Partidária	57
6.2.1	Análise do pareamento	57
6.2.2	Efeito da migração sobre o migrante	58
6.2.3	Efeito da migração sobre o município	66
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	74

APÊNDICE A – TESTES DE MÉDIAS	78
APÊNDICE B – TRAJETÓRIA DAS TRANSFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

A migração partidária, embora seja um evento relativamente raro na maioria dos países, trata-se de um fenômeno disseminado no Brasil (DESPOSATO, 2006). O traço mais peculiar da política brasileira é a frequência com que os políticos mudam de partidos, chegando a cerca de um terço dos membros da Câmara dos Deputados (FREITAS, 2012). Como Souza et al. (2015) aponta, há uma curva declinante da proporção de deputados que fazem carreira em uma única legenda.

Nesse contexto, Souza et al. (2015) aponta que entre 1970 e 2009 um total de 55 iniciativas parlamentares foram apresentadas tendo como fim a redução da migração partidária. Em 30 de outubro de 2007 o TSE editou a resolução nº 22.610, que trata da perda de cargo eletivo para o político de que se desfiliar de um partido sem justa causa (BRASIL, 2007). Na primeira legislatura (2007-2010) após a resolução, como esperado, houve uma redução na migração partidária. Contudo, a partir de 2011 observa-se novo aumento no fluxo migratório, atingindo até 2014 a marca de 230 migrações, em que 103 dessas mudanças se deve a criação de novos partidos – principalmente PSD e SD¹. Segundo Souza et al. (2015), as 127 mudanças restantes podem ser em parte explicadas pela demora considerável que leva até que o político perca seu mandato, podendo exceder até mesmo o tempo deste mandato, fazendo com que a ação perca sentido. Nesse contexto, Damin (2015) destaca a ineficiência da resolução em coibir a migração, uma vez que na onda de migrações ocorridas em 2013 nenhum deputado foi punido. Como aponta Janda (2009), a coibição da migração partidária trás ao menos três benefícios: (i) reduz a corrupção, uma vez previne os maiores partidos de seduzir políticos de outras legendas com promessas financeiras e de cargos; (ii) aumenta a estabilidade do sistema político; (iii) torna os partidos políticos mais significativos, o que reduz o personalismo na política.

Tal aspecto da política brasileira tem atraído o olhar de pesquisadores, como nos trabalhos de Mainwaring (1991), Lima Júnior (1993), Nicolau (1996), Schmitt (1999), Diniz (2000), Melo (2000), Santos (2000), Melo (2003), Desposato (2006), Roma (2007), Freitas (2008), Desposato (2009), Freitas (2012), Souza et al. (2015) e Fernandes e Faganello (2016). Boa parte da literatura vem sendo dedicada à explicação do porquê haver tanta mudança partidária no Brasil. Uma primeira geração de autores, como Mainwaring (1991) e Lima Júnior (1993) ressaltam o papel da permissiva legislação eleitoral sobre a migração partidária. Melo (2003) e Desposato (2006) ressaltam o comportamento maximizador dos políticos no momento da decisão sobre mudar de partido. Dentro dessa racionalidade, os políticos tendem a se dirigir a partidos que lhes forneçam maiores chances de reeleição, o que ocorre ao partirem para partidos governistas e populares. Já Freitas (2008) apresenta

---

¹ É considerada justa causa para a desfiliação partidária a mudança para um novo partido, abrindo uma brecha para se desfiliar de um partido.

um enfoque alternativo para a literatura, ao perceber que a mudança partidária é uma via de mão dupla: se por um lado o político muda de partido com fins maximizadores, os partidos também agem racionalmente ao cooptarem os políticos. Mais especificamente, eles agem tendo em vista aumentar o número de cadeiras no parlamento, seu tempo de propaganda eleitoral bem como ganhar apoio em regiões onde o partido não vem obtendo sucesso.

Já outros trabalhos como o de Schmitt (1999) tentam avaliar os efeitos dessas mudanças sobre as chances de reeleição de parlamentares. Entretanto, a literatura do tema carece de uma análise empírica dos efeitos políticos da migração sobre os migrantes. Além disso, a literatura tem tratado apenas da migração partidária no campo legislativo, não se atentando para os efeitos da migração no executivo, mais especificamente, para prefeitos. Desse modo, este artigo pretende contribuir para a literatura do tema ao estudar a migração partidária entre prefeitos, bem como discutir a eficácia da migração como estratégia para políticos que busquem maximizar suas chances de sucesso político, algo ainda não explorado pela literatura.

Tendo em vista a alta rotatividade de políticos brasileiros entre as legendas partidárias, o primeiro objetivo deste trabalho é analisar empiricamente os determinantes da migração partidária, tendo como base as variáveis básicas exploradas pela literatura. Além disso, buscar-se-á analisar empiricamente os efeitos dessa migração sobre variáveis políticas. A estratégia é comparar municípios e prefeitos similares, e então captar o efeito da mudança partidária. Caso sejam encontrados resultados que sugiram tais efeitos, o estudo pretende levantar e discutir hipóteses que os expliquem. Este trabalho cobre os anos de 2001 a 2012, o que engloba três eleições municipais: 2000 (2001-2004), 2004 (2005-2008) e 2008 (2009-2012). O banco de dados utilizado cobre 4974 municípios, não sendo incluídos na análise aqueles que faltaram com informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

A análise da mudança partidária do prefeito durante o seu mandato pode ser interpretada como o efeito de um tratamento, em que o grupo tratado é composto por municípios cujo prefeito mudou de partido durante a vigência do seu mandato. As motivações que levam um político a mudar de partido durante seu mandato possuem um caráter endógeno, isto é, a decisão entre se manter no partido atual ou migrar para outro é definida pelo próprio candidato não sendo, portanto, aleatória. Assim sendo, é necessário controlar o possível efeito decorrente do viés de auto-seleção amostral, o que leva a aplicação de um *Propensity Score Matching* (PSM) por meio do qual, para cada município tratado, é encontrado um município no grupo de controle que possua as mesmas chances de ser tratado, diferindo-os somente pelo fato de um passar pelo tratamento e o outro não. Para encontrar esses pares de municípios, no primeiro estágio será necessário identificar os determinantes da migração, e então pareamos aqueles mais próximos. Para calcular a influência de algumas covariáveis sobre a probabilidade de um político migrar de partido, far-se-á uso dos modelos de escolha binária. Uma vez pareados os municípios, no

segundo estágio será verificado o impacto que a mudança de partido tem sobre as chances do político tentar a reeleição na eleição seguinte, o que será denominado reapresentação, e sobre as chances de o político conseguir efetivamente se reeleger. Neste segundo estágio será novamente utilizado um modelo de escolha binária mas, ao contrário do primeiro estágio, agora a migração deixa de ser a variável a ser explicada para tornar-se a explicativa. Além disso, é verificado se o fato de o prefeito mudar de partido teve impacto sobre as transferências que o município recebe.

Os resultados encontrados indicam que os políticos migram nos anos que seguem as eleições estaduais/federais e antecedem as eleições municipais, sendo portanto um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual, tendo como objetivo um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais. Em conformidade com a literatura, a presença do prefeito a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente a probabilidade do prefeito mudar de partido. Quanto aos efeitos sobre o migrante, os resultados apontam que a migração tem impacto positivo sobre a chance de o político conseguir se reapresentar na eleição seguinte, sendo maior a chance entre aqueles que migram de partidos de fora da base do governo estadual rumo a um partido coligado ao governo estadual. Por sua vez, os impactos sobre a chance de reeleição são diversos entre os tipos de migrantes, sendo que apenas os migrantes que fazem o movimento de fora para dentro da base do governo estadual possuem um maior percentual de reeleitos. Por fim, não foi constatado nenhum efeito estatisticamente significativo da migração, tanto em si como desagregada pelos tipos de migrantes, sobre o volume de transferências recebidas pelos municípios.

A continuação deste trabalho está dividida em mais quatro partes, além desta introdução. Na seção 2 é apresentado uma breve revisão da literatura nacional e internacional sobre migração partidária, apresentando a evolução e a inserção desses artigos no presente trabalho. A seção 4 apresenta a estratégia empírica, ao passo que a descrição dos dados apresentados na pesquisa será feita na seção 5. Na seção 6 serão apresentados os resultados das estimações e, por fim, a seção 7 apresenta as conclusões finais do trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Partidos e Migração

A existência de partidos políticos é fundamental para a consolidação de governos democráticos estáveis. Os partidos cumprem a função de agregar preferências sociais, o que reduz o custo informacional de eleitores, bem como organizam legislaturas (HELLER; MERSHON, 2005). Conforme Desposato (2006), assim como são importantes para a democracia, os partidos também servem aos políticos, uma vez que fornecem militância, suporte financeiro em períodos eleitorais, como uma marca na qual podem se apoiar. Além disso, as principais motivações para a filiação a um determinado partido são o acesso a recursos¹, oportunidades eleitorais e afinidade ideológica, sendo que o peso dado a esses fatores varia de acordo com as características do eleitorado (DESPOSATO, 2006). Para o caso brasileiro, soma-se a existência do voto proporcional, em que para cargos no legislativo o número de cadeiras é proporcional ao número de votos que o partido obtém. Assim sendo, um candidato popular que atraia muito votos acaba elegendo outros candidatos do seu partido, dando uma importância a mais para essa escolha².

Uma vez filiado a um partido, é possível que o político migre para outro. Schmitt (1999) define a migração como “qualquer ocorrência em que o detentor de um mandato eletivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a um outro partido” (SCHMITT, 1999, p. 128). Freitas (2012) aponta para o caráter endêmico da mudança partidária no Brasil, que chega a afetar um terço dos deputados ao longo de seu mandato³. Como aponta Desposato (2006), a mudança partidária não é bem vista pela população e por especialistas. Isso, pois, muitos eleitores votam em um candidato tendo em vista seu partido, fazendo com que essa mudança seja vista como uma traição da confiança depositada no candidato. Conforme Maciel (2004, p. 8):

A troca de partidos, permitida pela Constituição Federal e pela legislação partidária e eleitoral, contribui para diminuir o grau de representatividade do regime democrático brasileiro, porque não respeita a vontade do eleitor. O voto

---

¹ O acesso a recursos públicos é maximizado quando o político participa da coalização do governo sendo que, no caso dos legisladores, isso implica em votar de acordo com o governo. Desse modo, o partido do governo tende a ter mais força para atrair novos membros - apesar de haver um ponto de saturação, visto que tais recursos são bens rivais (DESPOSATO, 2006).

² Há um incentivo para que os legisladores marginais migrem para partidos com um candidato muito popular, tendo em vista se elegerem pela cota do partido. Além disso, os partidos tem interesse em atrair esses candidatos populares, visto que eles conseguem para o partido não apenas uma cadeira no parlamento, mas também a de outros partidários que entrem pela cota

³ Em 2007 o TSE editou a resolução 22.610, que estabelece a perda de cargo eletivo em caso de desfiliação partidária sem justa causa. Freitas (2012) argumenta que nem mesmo o risco de perda de mandato foi capaz de impedir as trocas de legenda.

dado a um partido é indiretamente transferido, após as eleições, para outro partido, alterando a representação eleita, sem consulta ao eleitor.

Na seção seguinte será apresentada uma revisão da literatura nacional sobre migração partidária, sendo feita uma divisão temporal e conceitual sobre a abordagem do tema. Num primeiro momento, de 1979 a 1994, a literatura enfatizava os efeitos da legislação e de alguns fatores conjunturais para explicar o comportamento dos políticos quanto a migração. Em uma segunda geração de autores, de 1995 a 2008, a ênfase recairá sobre as motivações individuais que fazem com que o parlamentar migre de partido, com alguns poucos trabalhos enfatizando os efeitos desse fenômeno. Por fim, após 2008 a literatura tem a preocupação de avaliar o efeito das recentes mudanças na legislação sobre a migração partidária.

2.2 Literatura Nacional

2.2.1 *Fatores Institucionais e Conjunturais: A migração centrífuga entre 1979-1994*

Um primeiro momento da literatura relativa a migração partidária no Brasil estuda a migração ocorrida durante o anos 80, com os textos de Mainwaring (1991) e Lima Júnior (1993). Tais autores enfatizam os fatores institucionais, isto é, a permissividade legal, como a principal responsável pela baixa fidelidade dos políticos no Congresso Nacional.

Ao longo dos anos 80, com o fim do bipartidarismo, houve uma modificação do perfil partidário da Câmara dos Deputados e no Senado. Um aspecto importante desse período é o declínio de poder do PMDB e do PDS, herdeiros do MDB e da Arena, respectivamente. Até 1984, a dupla PMDB-PDS mantinha mais de 90% das cadeiras na Câmara dos Deputados (Lima Júnior, 1993). A partir de 1985 tem início um movimento centrífugo na Câmara, em que ambos os partidos começam a perder sua participação relativa no congresso, o que se deve, sobretudo, à criação do PFL em 1985, como uma cisão no PDS, e do PSDB em 1988, uma cisão no PMDB. Além disso, contribui para esse declínio o crescimento e a nacionalização de partidos que anteriormente tinham alcance apenas regional, como o PDT, PTB e PT, entre outros. Desse modo, em 1990 o percentual de cadeiras dos dois maiores partidos, PMDB e PFL, era de 46%, cerca de metade do que os dois maiores partidos de 1984 tinham. Outro dado que ilustra essa dispersão é que em 1985 apenas seis partidos tinham representantes na Câmara, saltando para 22 apenas cinco anos depois (Lima Júnior, 1993).

Lima Júnior (1993) destaca que essa mudança no perfil partidário da Câmara ao longo da década não se deveu a uma resposta dos eleitores nas urnas, embora eles tivessem sua participação nesse processo, mas, sobretudo, a criação de novos partidos e a

migração partidária⁴. Isto é, há descolamento entre a representação e a preferência do eleitorado, visto que ao término do mandato a distribuição de cadeiras entre os partidos é significativamente diferente daquela escolhida pelo eleitorado. Nas palavras do autor:

No caso da Câmara, menos de um terço das agremiações existentes em 1990 passou pelo crivo eleitoral. Foi a criação de legendas, associada ao processo de migração intrapartidária – processos inteiramente alheios à vontade popular –, que mais afeta o perfil partidário da Câmara e do Senado (Lima Júnior, 1993, p. 80).

Mas o que explicaria esse fenômeno de intensa migração de parlamentares? Conforme Freitas (2008), o debate sobre a migração partidária surge após a Constituição de 1988, como um reflexo da fragilidade dos partidos brasileiros. Tal fragilidade foi explorada por Mainwaring (1991) em sua análise sobre o sistema eleitoral brasileiro. O forte ritmo de migração partidária estaria associado a autonomia dos políticos frente aos partidos, bem como a fraqueza destes. Essa autonomia deriva tanto do sistema eleitoral proporcional de lista aberta⁵, como de particularidades na legislação, fatores históricos e baixa identificação do eleitorado com os partidos. Quanto as particularidades na legislação, Mainwaring (1991) apresenta seis fatores que fortalecem o individualismo dos candidatos: (i) a presença do candidato nato; (ii) o alto número de parlamentares apresentados pelo partido; (iii) inexistência de regras coibindo a migração partidária; (iv) inexistência de vinculação dos políticos com o conteúdo programático do partido; (v) estímulo a criação de novos partidos; (vi) ausência de um coeficiente de votos para que o partido seja representado no parlamento. De acordo com Mainwaring (1991, p. 40):

Nenhuma característica isolada distingue tão agudamente os partidos sempre-cabe-mais-um [*catch all parties*] brasileiros dos partidos de outras nações mais desenvolvidas da América Latina quanto o relacionamento extremamente frouxo entre políticos e partidos. Os políticos percebem os partidos como veículos para se elegerem, mas geralmente não têm com eles vínculos profundos.

Os mecanismos legislativos que mantêm essa independência dos políticos frente aos partidos não são obra do acaso, mas sim dos próprios políticos, e que muito revelam sobre suas preferências pessoais. Isto é, eles creem que a disciplina ao partido limitaria sua capacidade de atender a sua clientela – o que é conhecido como clientelismo. Como uma demonstração dessa opção dos políticos, destaca-se abolição da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que estabelecia a fidelidade partidária, pela Emenda Constitucional nº

⁴ Analisando as migrações ano a ano, Melo (2003) conclui que a maior parte das migrações ocorridas nos anos 80 se devem a fatores conjunturais, uma vez que parte considerável delas ocorrem diante de cisões partidárias como as citadas anteriormente.

⁵ Nesse sistema o eleitor vota em apenas um candidato, e por meio do seu voto decide a ordem dos parlamentares mais votados dentro dos partidos. Como o partido não tem poder de decisão sobre os candidatos a serem eleitos, tem-se uma menor dependência dos políticos em relação ao partido.

25, de 1985, que assegurava a manutenção do cargo ao político que trocasse de legenda⁶ (MAINWARING, 1991; SCHMITT, 1999).

Em síntese, o argumento dessa primeira corrente é de que o alto ritmo de migração partidária é reflexo da legislação permissiva, que confere um alto grau de autonomia para os políticos. Tal legislação está assentada em resquícios históricos de clientelismo, em que os políticos, não querendo perder sua liberdade de ação, criaram uma situação que os permitissem agir de acordo com seus interesses e do seu eleitorado. Essa é uma análise mais “macro” do problema, enfatizando o que há em comum entre os políticos de diversas linhas ideológicas e regionais: a legislação eleitoral.

Entretanto, o argumento de que o alto grau de migração se deveria a liberalidade da legislação eleitoral foi criticado por Nicolau (1996), uma vez que os políticos poderiam simplesmente optar por não migrar. Este mostra que de 1946 a 64, até então a mais recente experiência democrática brasileira, a legislação partidária era semelhante a vigente pós-constituição de 1988, não obstante o ritmo de migrações fosse menor. Outra crítica vem de Araújo (2000), que argumenta que, embora a legislação seja a mesma para todos, o ritmo migratório varia consideravelmente entre os políticos e entre os estados.

Outras críticas a essa abordagem surgem de análises comparativas com a experiência vivenciada por outros países. O próprio trabalho de Mainwaring (1991) aponta que o sistema eleitoral proporcional, guardadas suas particularidades, também é partilhado por Finlândia, Itália e Irlanda. Entretanto, em tais países o comportamento antipartidário, que motiva a migração, não é tão forte como no Brasil. Já Freitas (2008) aponta países, como a Espanha, que tem um sistema eleitoral de lista fechada e que mesmo assim o problema da migração é recorrente.

Araújo (2000) aponta que as migrações até então refletem a adaptação dos políticos ao novo sistema partidário, e não simplesmente um comportamento individual de migração tendo em vista o sucesso nas urnas. Nesse momento, é majoritária a migração vinda de partidos grandes rumo a pequenos partidos, fragmentando o Congresso Nacional. Conforme Freitas (2008, p. 36), esse tipo de reacomodação natural dos atores políticos segue até 1994⁷, com o impeachment de Collor:

Com o *impeachment* de Collor, o PRN, criado as vésperas da eleição presidencial, desaparece à medida que seus filiados procuram abrigo em outras agremiações. É só a partir deste momento, a meu ver, que não é mais possível explicar as migrações partidárias como reacomodação ao novo sistema.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1995, e a estabilização do sistema

⁶ Outro exemplo seria a abolição da Lei de Disciplina Partidária, instituída pelo governo militar durante a Constituição de 1969 (MAINWARING, 1991).

⁷ Freitas (2008) destaca que entre 1979 e a constituinte de 1988 há uma grande instabilidade na lei eleitoral, marcada por 14 modificações.

político, pode-se dizer que a migração não passa mais por fatores conjunturais, mas por comportamentos individuais dos atores políticos. Freitas (2008) destaca que, ao contrário do que ocorria antes de 1995, a migração passa a se voltar para os grandes partidos, sobretudo para os que fazem parte da coalizão do governo. Além disso, a migração passa a ocorrer em movimentos regulares, diferente do que ocorria antes de 1995.

2.2.2 O Comportamento Maximizador de Políticos e Partidos: A migração centrípeta entre 1994-2008

Uma segunda geração de autores, como Nicolau (1996), Schmitt (1999), Araújo (2000), Diniz (2000), Melo (2003), Melo (2004) e Desposato (2006) veem a migração como uma estratégia dos parlamentares, tendo em vista maximizarem seu espaço político. A legislação permissiva confere baixos custos ao processo migratório, mas é necessário explicar os benefícios dessa prática para captar os fatores que influenciam a decisão do político em migrar.

Em Nicolau (1996) o tema da migração deixa de ter a abordagem meramente “macro” da primeira geração, e passa a enfatizar as particularidades dos candidatos. O autor apresenta três razões básicas para um parlamentar mudar de partido:

- a) conflito de natureza ideológico-programática no seu partido de origem; b) conflito de natureza pessoal no seu partido de origem; e c) maximização das oportunidades eleitorais (NICOLAU, 1996, p. 70).

Para a legislatura eleita em 1990 (1991-1995), Schmitt (1999) busca verificar se a migração é de fato uma boa estratégia para o candidato que deseja maximizar suas oportunidades eleitorais. Foi observado que a taxa de reapresentação foi maior para os migrantes, sobretudo para os que migraram mais de uma vez e que só fizeram migração intrabloco ideológico. Esse resultado está de acordo com a hipótese de que os parlamentares migram em busca de obter mais espaço político⁸. Por outro lado, a chance de reeleição do candidato que migra é menor do que a do candidato fiel ao seu partido, o que compromete a eficácia da migração como uma busca de maximizar o sucesso político do candidato. Contudo, expandir essas conclusões para todos os casos é precipitado, uma vez que, além de ter levado em conta apenas uma legislatura, não sabemos qual teria sido a chance de reeleição dos migrantes caso não tivessem migrado.

Diniz (2000) acredita que, embora a legislação partidária não seja a causa da migração, ela trás consigo exigências, como o prazo para deferimento da filiação partidária⁹,

⁸ Uma explicação aventada por Schmitt (1999) é que os parlamentares que não migram, e que, portanto, estão a mais tempo num mesmo partido, podem estar no intuito de disputar uma eleição majoritária.

⁹ Tempo antes do pleito que o candidato deve estar filiado a um partido para que possa participar da eleição. Por exemplo, a Lei 9.504 de 1997 exige que a filiação do político esteja deferida pelo menos um ano antes da eleição.

e incentivos, como o tempo de propaganda e o acesso ao fundo partidário. Analisando o período em que se concentram as migrações no Congresso Nacional entre 1989 e 1998, a autora encontra fortes evidências de que elas concentraram-se em torno de duas datas-limite: o prazo para filiação partidária e o prazo para contagem de representação na Câmara dos Deputados¹⁰. Desse modo, ficaria evidenciado o comportamento maximizador do político: ele migra próximo ao prazo de filiação tendo em vista um partido que maximize suas chances de sucesso político, e migra próximo ao momento de divisão do tempo de propaganda visando maximizar a sua exposição. Entretanto, faltou ao autor ser mais preciso ao explicar o que seria maximizar sua chance de sucesso político, o que foi melhor abordado por Melo (2003) e Desposato (2006).

A hipótese de que os parlamentares migram de partido buscando garantir sua sobrevivência política diante de um cenário de incerteza¹¹ foi levantada por Melo (2003). Para garantir sua sobrevivência, o parlamentar pode buscar migrar para a base do partido governista tendo em vista mais acesso a recursos e/ou uma sinalização para seu eleitorado. Embora a migração no sentido governista seja a maioria, cerca de 56%, ela varia muito entre as legislaturas, o que faz com que o autor se aprofunde mais nas migrações. Quanto ao acesso de recursos, estes estão mais acessíveis para a base governista quando o gabinete ministerial é de coalizão, isto é, quando eles são loteados por partidos da base. Caso contrário o gabinete é de cooptação/apartidário. Melo (2003) indica que há forte migração (62,7%) no sentido governista no caso de um gabinete de coalização, ao passo que em gabinetes de cooptação/apartidário a migração não governista é maioria (76,6%). Em suma, “os dados permitem dizer que as mudanças de partido serão tanto mais governistas quanto mais o governo disponibilizar recursos para seus aliados.” (MELO, 2003, p. 32).

O outro fator que motiva a migração governista, a visibilidade, é tanto maior quanto mais bem avaliado for o governo. Os dados obtidos por Melo (2003) confirmam essa lógica, uma vez que indicam que a migração governista predomina no caso de alta popularidade do governo (76,7%), enquanto que em governos com baixa popularidade a migração não governista perfaz a maioria das trocas de legenda (61%). Unindo as duas análises, o autor classifica o grau de atração de um governo. Um governo tem alto grau de atração se ele for de coalizão e popular, ao passo que um governo de cooptação/apartidário e impopular é o menos atrativo. As combinações que estão no meio do caminho, como coalização impopular e cooptação/apartidário popular, são considerados como tendo um

¹⁰Pela lei 9.504 de 1997, um ano antes da eleição é o prazo limite para deferimento das novas filiações, e a data inicial da legislatura será o momento da contagem da representação na Câmara dos Deputados. Essa contagem é que determinará o tempo de propaganda dos partidos no pleito seguinte.

¹¹Conforme Melo (2003), os deputados brasileiros enfrentam um cenário de grande incerteza política. Tal incerteza se manifesta de diversas formas, tanto na alta taxa de renovação parlamentar, como também no comportamento errático do eleitor, que pouco se envolve com a política, sobretudo em eleições proporcionais. Nesse ponto, destaca-se o fato de que, às vésperas da eleição de 1998, mais de 80% do eleitorado não havia escolhido seu candidato, e que pouco antes das eleições de 1994 cerca de 54% dos eleitores não lembravam em quem haviam votado.

médio grau de atração. Assim sendo, os dados indicam que em governos com alto grau de atração a migração governista correspondeu a 81,8% das migrações, enquanto que em governos pouco atrativos a migração governista foi de apenas 21,7%.

Também com essa ideia de maximização, Desposato (2006) constrói um modelo teórico no qual a adesão dos políticos a um partido é função da interação estratégica entre partidos e políticos. Estes tentam maximizar sua utilidade, de modo que ao realizarem uma mudança partidária analisam os custos e benefícios dessa ação. Isto é, se os benefícios que ele irá receber do novo partido, como os recursos que recebe e a militância, superarem os custos de mudança de partido¹², então ela será realizada. Por outro lado, os partidos invitam ou rejeitam novos membros usando a mesma lógica: se os benefícios de contar com o novo membro superar os custos dos recursos oferecidos para eles, então o partido irá aceitá-lo. Os benefícios vão desde o suporte eleitoral que o político trás consigo, até o simples aumento do partido, o que trás mais influência e mais cadeiras nas bancadas. Em resumo, os resultados do modelo teórico apontam que (i) o aumento dos custos de transação reduz a migração; (ii) o partido com mais recursos tende a atrair os políticos e (iii) quanto mais políticos que trazem benefícios para o partido, maior é o número de migrações.

Ao aplicar o modelo para a Câmara dos Deputados do Brasil no período de 1991 a 1998, Desposato (2006) conclui que políticos decidem se filiar a partidos tendo em vista os seguintes fatores: (i) oportunidades eleitorais, como escolher partidos que lhe facilitem a eleição via cota; (ii) o acesso a recursos, escolhendo partidos alinhados com o governo estadual e federal; (iii) afinidade ideológica, foi estimado que a probabilidade de um deputado deslocar-se para um partido com proximidade ideológica é cinco vezes maior do que para um partido distante ideologicamente. Além disso, políticos em partidos com menor consistência ideológica tem maior probabilidade de mudarem de partido, enquanto que aqueles cuja base eleitoral é mais partidária tendem a mudar menos.

Diferentemente da literatura que enfatiza a magnitude e as causas da migração, Roma (2007) tem como norte as consequências desse fenômeno para o processo legislativo. Para verificar tais consequências, o autor compara o comportamento dos deputados leais vis-à-vis desertores quanto ao compromisso deles com seu partido. Primeiro, por meio de um Índice de Coesão¹³ entre 1991 e 1996, é verificado que a coesão do parlamentar não é alterada pelo fato do político mudar de partido, embora a coesão varie entre os partidos¹⁴. Uma segunda forma de comparar esse comportamento é por meio do Índice de Disciplina¹⁵

¹²Os custos de migrar de partido podem vir tanto por lei, via perda do mandato, como também por meio do eleitorado, que perde confiança no político. Ver Desposato (2006).

¹³Verifica-se por meio de uma enquete a afinidade de ideias entre deputados e sua bancada.

¹⁴Isso quer dizer que a migração não afeta a afinidade de ideias que o parlamentar tem com os líderes de sua bancada. Outra constatação é que a coesão entre os parlamentares de alguns partidos é maior, sendo os partidos de esquerda, sobretudo o PT, os mais coesos.

¹⁵Mede o quão os votos do deputado no plenário da Câmara estão de acordo com o encaminhamento dos

entre 1988 e 2004, dividindo os deputados em três grupos i) deputados leais; ii) deputados desertores enquanto estavam em seu partido de origem; iii) deputados desertores no seu partido de destino. Embora a disciplina dos desertores no partido de origem seja um pouco menor que dos dois outros grupos, os deputados votam de acordo com a orientação dos líderes do partido ao qual estão filiados para todos os grupos. Entretanto, na legislatura que se iniciou em 2003, há uma diferença significativa de disciplina entre os migrantes e não migrantes, sobretudo nos partidos PSDB, PFL e PT, o que pode sinalizar uma migração decorrente de divergência de ideias no partido de origem.

Nas palavras de Roma (2007, p. 363):

Avaliados em conjunto, esses indicadores de partidarismo comprovam que os deputados, sejam eles leais ou desertores, exprimem ideias convergentes com sua bancada em relação à agenda do seu partido e ao mesmo tempo obedecem às orientações dos líderes nas votações do plenário da Câmara.

Incluindo a ideologia dos partidos nessa análise, Roma (2007) mostra que as migrações consistentes, isto é, aquelas dentro de um mesmo bloco ideológico, correspondem a cerca de dois terços das migrações. Além disso, no caso das consistentes, o parlamentar permaneceu coeso ao partido antes e depois da migração, de modo que nesses casos a migração não pode ser justificada por uma divergência de ideias, mas por algum fator de oportunismo político. Entretanto, nas vezes em que a migração era inconsistente, havia um aumento significativo na coesão no partido pós-migração, uma vez que nesses casos a mudança de partido pode ser motivada por divergência de ideias.

Outro trabalho que difere dos demais dessa segunda geração é o de Freitas (2008). Apesar de considerar relevantes as hipóteses levantadas por Melo (2003), Melo (2004) e Desposato (2006), Freitas (2008) aponta que o fenômeno não pode ser compreendido de forma plena se não levarmos em conta a atuação dos partidos. Para criticar a hipótese de maximização, Freitas (2008) utiliza a eleição de 1989 como um exemplo de que o fenômeno migratório não é explicado pela maximização dos parlamentares. Na eleição presidencial de 1989, regulada pela lei 7773 de junho de 1988, foi definido que os partidos poderiam registrar suas candidaturas até agosto de 1989, e a regra de distribuição do horário eleitoral estabelecia uma relação entre o tempo de propaganda e o tamanho da bancada do partido no Congresso Nacional¹⁶. Tendo em vista ter número suficiente de congressistas até agosto de 1989, os partidos os atraíam com o objetivo de ter mais tempo de propaganda. Como Freitas (2008) aponta, essa estratégia fica mais evidente se considerarmos que, além das mudanças se concentrarem próximas ao fim do tempo de registro, muitos partidos ficavam

---

líderes do partido.

¹⁶O tempo de propaganda no horário eleitoral gratuito seria distribuído de acordo com as seguintes faixas: 1. partidos políticos sem representação no Congresso Nacional, 30 segundos; 2. com até 20 congressistas, 5 minutos; 3. de 21 a 60 congressistas, 10 minutos; 4. de 61 a 120 congressistas, 13 minutos; 5. de 121 a 200 congressistas, 16 minutos; 6. acima de 200 congressistas, 22 minutos.

na linha divisória estabelecida pela lei, de modo que obtinham o número de congressistas suficiente para aumentar seu tempo até a faixa seguinte¹⁷. Outro ponto a se ressaltar é que, na eleição de 1989, os congressistas não participaram da eleição, de modo seu interesse se dava apenas de forma indireta. Conforme Freitas (2008, p. 74):

São os partidos que estão lutando por manter ou conquistar tempo no horário eleitoral através do aumento de suas bancadas. Essas migrações não são, portanto, individuais. A hipótese mais provável, neste caso, é que os partidos políticos estão atuando de modo a aliciar novos membros para aumentar suas chances nas eleições subsequentes.

Pelos dados coletados pela autora para as legislaturas de 1995, 1999, 2003 e 2007, em torno de 45% das trocas de legenda rumo à coalizão do governo partem da própria coalizão, e apenas 30% tomam o rumo da oposição para a coalizão. Nas palavras de Freitas (2008, p 56):

Não há como explicar as trocas de legenda pela afirmação que os parlamentares rumam à coalizão do governo em busca de converter seu apoio ao Executivo em recursos e estes recursos em voto. Poderíamos, no entanto, afirmar que parte das trocas tem sim este objetivo, mas ainda assim estaríamos explicando menos de 30% do movimento entre legendas.

Nesse ponto a contribuição de Freitas (2008, p. 56-57) toma forma: “Por que os parlamentares migram, saindo e entrando em partidos que se comportam de maneira semelhante e que têm igual acesso aos recursos distribuídos pelo Executivo?”. Como visto em Diniz (2000), as migrações se concentram em momentos decisivos para os políticos, mas como notou Freitas (2008), esses momentos são decisivos não apenas para os políticos, mas também para os partidos. Estes ganham a cada membro que entra no partido, uma vez que o tamanho da bancada é determinante para obter maior tempo de horário eleitoral, acesso a recursos, a cargos na Mesa Diretora e em comissões parlamentares, facilita a eleição de outros membros via quociente eleitoral, além de fortalecer os partidos na Câmara, permitindo a aprovação de suas pautas.

Por fim, por meio de um modelo de regressão logística, Freitas (2008) busca verificar quais características diferem os migrantes dos não migrantes. Um ponto interessante a ser observado é que os parlamentares tendem a se deslocar para partidos que elegeram menos parlamentares no seu estado o que, se por um lado revela que o parlamentar busca melhor posicionamento dentro da estrutura partidária, por outro indica que os partidos buscam parlamentares em regiões onde são fracos politicamente.

---

¹⁷Por exemplo, o PRN, PL e o PTB ficaram com 22, 23 e 23 congressistas, respectivamente, o suficiente para alcançarem 10 minutos de propaganda.

2.2.3 A Resolução do TSE e a Fidelidade Partidária: A Migração partidária entre 2008-2015

A presente seção tem por objetivo analisar a literatura acerca da migração partidária após 2008, enfatizando os efeitos das mudanças na legislação que visam coibir a troca de legendas. Começando por uma perspectiva histórica, durante o governo militar, a emenda constitucional nº 1 de 1969 estabeleceu que o parlamentar que abandonasse seu partido durante a vigência do seu mandato seria passível de ser punido com a perda do mandato. Já em 1978, a emenda constitucional nº 11 alterou esse dispositivo, considerando que a migração era permitida caso o parlamentar fundasse um novo partido. Por fim, a emenda constitucional nº 25 de 1985 decretou o fim da perda do mandato em caso de infidelidade partidária (LANGER, 2016).

Como exposto nas seções precedentes, a ausência de um dispositivo constitucional que punisse a infidelidade partidária com a perda do mandato teve consequências para o sistema político, uma vez que a troca de legendas passou a fazer parte do leque de estratégias dos políticos brasileiros. Como o número de trocas de legenda passou a ser muito elevado, a solução desse problema tornou-se objeto de inúmeros debates, de modo que entre 1970 e 2009 cerca de 55 iniciativas parlamentares tratavam sobre o tema (SOUZA et al., 2015).

Como aponta Souza et al. (2015), algumas alterações recentes na legislação eleitoral e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e na jurisprudência do TSE podem ter impactado a dinâmica das migrações partidárias no congresso. Souza et al. (2015, p. 60-61) destaca três delas:

(i) Propaganda eleitoral: A Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), alterou a redação do art. 47, § 3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições – (BRASIL, 1997), de maneira que, para efeitos da propaganda eleitoral, a representação do partido na Câmara dos Deputados é a resultante da eleição, e não mais a existente no início da legislatura. Essa mudança tende a reduzir o ritmo das migrações ocorridas entre o resultado da eleição e o início da legislatura;

(ii) Proporcionalidade: o RICD foi alterado pela Resolução nº 34, de 2005 (BRASIL, 2005), em vigor a partir de 1º/2/2007, que deu nova redação ao art. 26, caput e § 4º, do Regimento. Com essa modificação a proporcionalidade partidária na composição dos colegiados e da Mesa Diretora é definida pelo número de candidatos eleitos pelo partido, e não mais pelo tamanho das bancadas no início do ano legislativo – tais eleições ocorrem no início do terceiro ano de mandato;

(iii) Fidelidade Partidária: A resolução nº 22.610 do TSE, de 30 de outubro de 2007, que pelo seu art. 1 estabelece que o partido político pode pedir, junto a Justiça Eleitoral, a cassação do mandato em caso de desfiliação sem justa causa. No § 1º foi considerado justa

causa a incorporação ou fusão do partido, criação de novo partido, mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e grave discriminação pessoal (BRASIL, 2007).

Langer (2016) ainda aponta para recentes mudanças nessa legislação, tais como a aprovação da lei nº 13.165/2015, que alterou alguns dispositivos da Lei nº 9.096/95, com destaque para o inciso III do art. 22-A, em que foi estabelecida uma janela para a migração sem perda de mandato parlamentar nos 30 dias que antecedem o prazo limite de filiação partidária – que pela mesma lei nº 13.165/2015 passou a ser seis meses antes da eleição, e não um ano como era anteriormente.

É importante destacar que o Supremo Tribunal Federal decidiu em 27/05/2015 que a perda de mandato por troca de partido não se aplica a eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente da República), sendo, portanto, aplicada apenas aos cargos do sistema proporcional (vereadores, deputados estaduais, distritais e federais)¹⁸.

Em resumo, como visto em Diniz (2000) o calendário eleitoral é de suma importância para a compreensão das migrações. Estas se concentram antes do início do ano legislativo, pois nesse momento é definido o tamanho das bancadas, e um ano antes do prazo das eleições seguintes, em que é finalizado o prazo de filiação. Com as mudanças supracitadas, não há mais o incentivo para a migração antes do início do legislativo, visto que a representatividade do partido será dada pelo número de candidatos eleitos, e não mais pelo número que o partido possui quando da posse dos parlamentares. Além disso, agora o prazo de filiação passa a ser de seis meses antes da eleição, e não mais de um ano. Uma mudança mais geral que tende a inibir a migração sem alterar o calendário é a resolução nº 22.610 do TSE.

Dado esse contexto, Souza et al. (2015) confronta o padrão das migrações, em termos de intensidade e sazonalidade, antes e após tais modificações. Quanto ao segundo governo Lula (2007-2010), cabe destacar que em 2007 já estava em vigor as mudanças relativas a proporcionalidade partidária nas comissões da Câmara e sobre o tempo de televisão, mas não a resolução sobre infidelidade. Assim:

É possível afirmar que, nesse período, a proporcionalidade partidária para a composição dos colegiados na Câmara e o cálculo do tempo de rádio e TV não seriam mais variáveis intervenientes nas mudanças de partidos (SOUZA et al., 2015, p. 13).

No primeiro trimestre de 2007 ocorrem 46 migrações, um número inferior às legislações anteriores, mas ainda alto. Nos meses que antecedem em um ano as eleições (prazo de filiação partidária), isto é, nos meses de setembro e outubro de 2009, é notória a diminuição do ritmo de migrações se comparado aos meses de setembro e outubro do

---

¹⁸Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=292424>> - acesso em 16/05/2017

terceiro ano das legislaturas anteriores¹⁹.

No primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), a brecha deixada pela legislação passou a ser utilizada em duas ondas de migração. Em outubro de 2011, com a criação do PSD, coincidindo com o prazo máximo de filiação para as eleições municipais de 2012, foi vista a primeira grande onda de migrações pós-resolução. A segunda grande onda veio entre agosto e outubro de 2013 com a criação do SD e do PROS (DAMIN, 2015). Neste segundo momento foram registradas 78 migrações, sendo que 44 se deveram a criação dos novos partidos. Logo, 34 migrações ocorreram sob a vigência da resolução nº 22.610, sem que houvesse um processo de criação e/ou fusão de partidos, ou seja, esses casos não estavam amparados pelas regras de fidelidade partidária. Souza et al. (2015) propõe a hipótese que tais migrações não foram coibidas pela legislação devido ao fato de que a perda do mandato não é imediata. Para reforçar seu argumento, ele mostra que apenas dois casos de perda de mandato foram julgados pelo TSE como decorrentes de infidelidade partidária, sendo que um deles a ação perdeu o objetivo pelo fim do mandato parlamentar. Em linhas gerais, desde abril de 2007, das 230 migrações ocorridas, cerca de 127 não estavam amparadas na justa causa de criação de um novo partido.

Sobre o alinhamento das migrações ocorridas na onda de 2013, Damin (2015) mostra que o PROS foi formado majoritariamente por deputados governistas²⁰. Por outro lado, o SD, criado por Paulinho da Força, apoiador do que viria a ser candidato presidencial em 2014, Aécio Neves (PSDB), foi formado por governistas²¹ para serem oposição ao governo, indicando uma dissidência na base do governo Dilma. Um ponto importante a se destacar seriam as motivações que estão por trás dessa onda de migrações para novos partidos. Damin (2015) aponta que 94% dos migrantes concorreram a algum cargo eletivo em 2014, sendo que 77,6% deles em busca de um novo mandato na Câmara dos Deputados, e apenas 4,5% dos migrantes concorreram a um cargo “inferior”, o de deputado estadual. O oportunismo da migração fica latente quando se constata que 30% dos migrantes tornaram-se presidentes estaduais do partido, e 1,5% tornou-se presidente nacional do partido.

Também estudando a realidade brasileira, Fernandes e Faganello (2016) fazem uma análise diferente das que foram apresentadas até aqui, uma vez que mapeiam o comportamento da migração partidária de prefeitos e vereadores entre os anos de 2000 e 2012, e não sobre os parlamentares como é de costume da literatura. Primeiramente, os autores definem um político como migrante aquele que concorre em duas eleições

¹⁹Conforme Souza et al. (2015), o número de migrações nos meses de setembro e outubro foi de 22 em 2009, 56 em 2005 e 46 em 2001.

²⁰Em torno de 59% dos migrantes para o PROS vieram da base do governo. Dos oito oposicionistas que migraram para o PROS, cinco vieram do PSB cearense, influenciados pelos irmãos Cid e Ciro Gomes que romperam com o PSB desde que o partido lançou Eduardo Campos como candidato presidencial para 2014

²¹Cerca de 68% dos deputados que foram para o SD vieram da base do governo Dilma.

consecutivas por partidos distintos²². Os autores apontam que, tanto para prefeitos (de 38,5% para 30,3%) como para vereadores (de 51,5% para 41,9%) houve uma queda no número de candidatos migrantes quando comparamos as eleições de 2004 e 2012. Em uma perspectiva regional, tanto para prefeito como para vereadores a migração foi maior na região Norte e Nordeste, com destaque para Roraima, cuja taxa de migrantes passa de 60% em ambos os cargos. Por outro lado, as menores taxas são para a região Sul, destacando-se o estado do Rio Grande do Sul, em que ambas as taxas ficaram abaixo de 20%.

Quanto a divisão por blocos ideológicos, Fernandes e Faganello (2016) observam que a migração partidária entre 2000-2012 foi significativamente menor entre os partidos de esquerda, com destaque para o PT, PCO e PSTU. Como Melo (2004) aponta, a esquerda apresenta uma estrutura partidária mais consolidada, com fortes laços entre o partido e militâncias, bem como com movimentos sociais, o que ajuda explicar esse fenômeno. Na direita a migração foi consideravelmente maior, a exceção do PFL/DEM, que é um partido mais consolidado. Melo (2000) conclui que, enquanto parlamentares de partidos de direita migram para partidos ideologicamente semelhantes, parlamentares de partidos de esquerda tendem a se deslocar para o outro lado do espectro político.

Apesar de ser um fenômeno bastante recorrente no Brasil, os efeitos da migração partidária não têm sido abordados empiricamente. Os poucos trabalhos na área, como o de Schmitt (1999), abordam esses efeitos apenas de modo descritivo e sobre variáveis políticas, não correlacionando o fenômeno em questão com variáveis econômicas. Assim, o presente trabalho pretende preencher uma lacuna: qual o efeito da migração partidária sobre os resultados da política? Antes de responder a tal questionamento, vejamos como a literatura internacional tem tratado do tema, visto que o fenômeno da migração não é exclusividade do sistema político brasileiro.

2.3 Literatura Internacional

Após apresentada a discussão sobre migração partidária no Brasil, passemos ao debate do tema na literatura internacional. A exposição que se segue terá inspiração na divisão da literatura internacional feita por Mershon (2014), de tal forma que ela será particionada entre os seguintes tópicos: (i) porque um político migra; (ii) como a migração afeta o político; (iii) como líderes de partido recrutam parlamentares; (iv) que condições afetam a migração; e (v) como a migração afeta o sistema eleitoral.

Antes de abordar os tópicos acima, cabe destacar que boa parte da literatura segue Strøm (1990) e Müller e Strøm (1999), teóricos da escolha racional que desenvolveram um conjunto de motivações para explicar o comportamento competitivo dos partidos. Os

---

²²Desse modo, se um político parar de migrar ele pode sair da estatística de migrante, permitindo uma análise sobre como a migração está mudando ao longo do tempo.

objetivos dos partidos políticos podem ser divididos em três grupos:

- (1) *Vote-seeking*: Os partidos são vistos como compostos por políticos maximizadores de votos, com o objetivo de controlar o governo;
- (2) *Office-seeking*: O objetivo dos partidos é maximizar não os seus votos, mas seu controle sobre cargos políticos;
- (3) *Policy-seeking*: Nesse caso o objetivo do partido é maximizar sua influência sobre a política pública.

Começando com a pergunta fundamental do porquê um político migra de partido, surge o artigo seminal de Aldrich e Bianco (1992), que desenvolvem um modelo segundo o qual os políticos mudam de partido guiados pela maximização da chance de vencer uma eleição, levando em consideração também suas chances de serem bem sucedidos nas eleições primárias. Laver e Benoit (2003), ao analisarem computacionalmente a evolução do sistema partidário entre as eleições, constataam que os maiores partidos atraem políticos *office-seeking*, o que não pode ser dito dos *policy-seeking*.

Na contramão dos estudos supracitados, Kato e Yamamoto (2005) realizam um trabalho empírico para formularem suas hipóteses e, em seu caso específico, estudam a migração partidária na Câmara dos Deputados japonesa entre 1993-2003. A abordagem dos autores introduz a ideia de que os migrantes possuem diferentes visões sobre os rumos futuros da política, o que os levam a migrar de modo distinto. No cenário em questão, alguns parlamentares migram com base em *office-seeking*, de modo que eles enfatizam a busca por cargos, o que torna o maior partido atrativo. Por outro lado, alguns parlamentares são guiados pelo *policy-seeking*, em que o domínio na competição partidária vem do partido mediano. Tal abordagem explicaria o crescimento entre as eleições japonesas do *Liberal Democratic Party* (LDP), o maior partido, e do *Democratic Party* (DP), o partido centrista.

Outros estudos apontam que o maior partido é atrativo aos migrantes devido ao *policy-seeking*, já que estes seriam mais influentes na formulação de políticas. Heller e Mershon (2005) mostram que, para o caso italiano entre 1996-2001, o tamanho do partido influencia negativamente a migração de seus quadros, resultado análogo ao encontrado por Castle e Fett (2000) e McKee e Yoshinaka (2015) para o caso americano²³. Já Thames (2007) e Heller e Mershon (2008) encontram evidências de que os partidos governistas também atraem políticos guiados por *office-seeking* e *policy-seeking*. Outro fator que impacta negativamente a probabilidade do político migrar é o fato do político ser líder partidário ou então ter algum posto importante no partido (CASTLE; FETT, 2000; KEMAHLIOĞLU; SAYARI, 2017).

---

²³McKee e Yoshinaka (2015) estimam que deputados pertencentes a maioria no congresso possuem 2,7 vezes menos chance de migrarem do que os pertencentes a minoria.

Muitos estudos também testam o efeito que características do político exercem sobre a chance deste mudar de partido. Por exemplo, alguns trabalhos verificam o efeito da idade sobre a migração, com alguns encontrando resultados positivos como Acosta (2004), que conclui que os políticos com maior número de mandatos tem maior autonomia para efetuar trocas oportunistas de partido, o que os fazem mudar com maior frequência. Por outro lado, Reed e Scheiner (2003) encontram resultados negativos para idade, enquanto que grande parte dos trabalhos não encontram significância, como Heller e Mershon (2005), McKee e Yoshinaka (2015) e Klein (2016). Por sua vez, Thames (2007) e Desposato e Scheiner (2008) encontram que deputados tendem a se direcionar para partidos mais alinhados à suas ideologias. Outra característica que exerce forte impacto sobre a probabilidade de migrar é o histórico do candidato, tal que, aqueles que já migraram uma vez no passado têm maior probabilidade de migrarem do que aqueles que não o fizeram (KLEIN, 2016).

Muitas vezes o movimento migratório não parte apenas de um parlamentar, mas sim de um coletivo deles. Pensando nisso, Kemahloğlu e Sayarı (2017) utilizam a experiência política turca entre 1991 e 2002 para empreender um estudo dos diferentes fatores que moldam as migrações individuais e coletivas. A hipótese básica é que as migrações individuais são predominantemente influenciadas por decisões de cunho eleitoral imediato (*vote-seeking*)²⁴, enquanto que migrações coletivas têm uma preocupação maior com a influência que irão exercer sobre a política do partido de destino (*policy-seeking*). Os autores argumentam que o fator que mais diferencia tais migrações é a receptividade do partido de destino, uma vez que um migrante individual é mais inclinado a se adaptar ao novo partido, ao passo que a mudança grupal tende a moldar o partido de destino. Portanto, os líderes dos partidos recebedores são mais seletivos neste caso, tendendo a aceitar apenas grupos alinhados ideologicamente com seu partido. Tais hipóteses são corroboradas pelos testes empíricos empreendidos pelos autores. Assim sendo, a migração individual, e não a coletiva, é que apresenta maior risco à representatividade, visto que no caso coletivo os parlamentares seguem para um partido com visão similar a sua, ao passo que no caso individual o político tende a mudar sua visão para adaptar-se ao novo partido.

Fazendo uma ligação entre o porquê de um político migrar com os efeitos dessa ação sobre o migrante, Kerevel (2017) trás uma novidade à literatura ao abordar os benefícios de migrar utilizando as chances do político participar de uma candidatura. Ao realizar um trabalho empírico para deputados federais mexicanos entre 1997 e 2009, o autor obtém que os parlamentares que migram tem menor chance de conseguir vencer uma eleição, resultado este também encontrado por Grose e Yoshinaka (2003) para o congresso americano no

---

²⁴Como, por exemplo, o percentual de votos do partido no distrito em questão. Quando maior for a parcela de votos de parlamentares do partido no distrito, menor a chance desse partido sofrer com migrações individuais. Por outro lado, essa variável não tem impacto sobre as migrações coletivas, indicando diferentes preocupações dos parlamentares que incorrem em cada tipo de migração (KEMAHLIOĞLU; SAYARI, 2017).

período de 1947-2000²⁵. Desse modo, surge um aparente *paradoxo da migração partidária*: por que, embora os migrantes tenham menor chance de vencer uma eleição, eles incorrem a essa prática? Kerevel (2017) responde esse *puzzle* sugerindo que, antes de concorrer a uma eleição, os políticos devem conseguir uma candidatura, e a migração é uma das formas de aumentar a chance de consegui-la. Portanto, quando o político percebe que suas chances de conseguir uma candidatura no atual partido são baixas, ele migra para outro partido, isto é, nesses casos o custo de não migrar são ainda maiores que os de migrar. Esse movimento pode explicar boa parte das migrações que ocorrem em períodos pré-eleitorais.

Yoshinaka (2005) faz uma análise do benefício de migrar, ao mesmo tempo em que introduz o papel dos líderes de partido para a literatura. O autor mostra que, para o período de 1975-2002, os líderes de partido nos Estados Unidos recrutaram parlamentares recompensando-os com cargos, induzindo os parlamentares a migrarem para seus partidos motivados pelo *office-seeking*. Kato e Yamamoto (2005) mostram que os líderes do partido dominante recrutam parlamentares com o objetivo de conseguir obter maioria absoluta entre eleições, enquanto Kato e Yamamoto (2009) apresentam a melhor colocação na lista do partido como outro atrativo a ser oferecido pelos líderes partidários. Por fim, Yoshinaka (2005) e Kerevel (2017) elencam alguns motivos pelos quais os partidos podem buscar migrantes:

- (i) Partidos de minoria podem obter o status de maioria mediante a migração, ou pelo menos reduzir sua distância em relação ao partido majoritário;
- (ii) Um partido com uma maioria apenas marginal pode assegurar sua maioria de forma mais segura caso consiga novos membros, sobretudo se houver o risco de perder alguns dos seus atuais integrantes.
- (iii) Os partidos buscam novos partidários onde eles são geograficamente fracos, já que é possível que esse político traga consigo eleitores para o partido;
- (iv) Os partidos podem aceitar os migrantes para a formação de um novo partido. Em geral, novos partidos são formados por membros que debandaram de outros partidos consolidados;
- (v) Às vezes um candidato relativamente popular pode não conseguir o acesso a candidatura em um partido (talvez por causa de outro ainda mais popular). Nesse caso, outros partidos podem cortejar esse candidato, mesmo que o partido não seja fraco em sua região.

Outra temática abordada pela literatura são as condições externas que afetam

---

²⁵Grose e Yoshinaka (2003) apontam que a migração não vem sem custos, uma vez que o migrante pode alienar correligionários do passado, tanto eleitores como também partidários que os apoiaram em eleições primárias e gerais, o que pode não compensar os ganhos em termos de apoio no novo partido. Em termos empíricos, os autores estimam que a chance de reeleição cai em 7 p.p. para os migrantes.

a migração de parlamentares, como King e Benjamin (1986), que ao longo da história americana observam um pico de migrações partidárias em momentos conturbados, como a Guerra Civil, ou a crise econômica que se arrastou ao longo da década de 1930. Estudando a decisão de migrar de legisladores equatorianos entre 1979-2002, Acosta (2004) encontra que o tamanho do distrito impacta negativamente o ritmo de migração dos seus parlamentares. Zielinski, Slomczynski e Shabad (2005) abordam a migração como um instrumento dos políticos para fugir da punição do eleitorado diante de más políticas. Com base nos dados sobre deputados poloneses entre os anos de 1991 e 2001, os autores mostram que, à medida que a taxa de desemprego aumenta, menor é a probabilidade de parlamentares governistas se reelegerem, o que os leva a migrar para partidos oposicionistas.

Estudando a migração de parlamentares italianos na legislatura 1996-2001, em que pelo menos 25% dos parlamentares mudou ao menos uma vez de partido, Heller e Mershon (2005) apresentam a hipótese de que existem duas importantes influências sobre a migração: a bandeira do partido e a lei eleitoral. A primeira hipótese é de que os parlamentares eleitos pelo voto direto migram menos que os eleitos via partido²⁶, uma vez que os partidos impõe mais sua disciplina sobre estes do que sobre aqueles. Além disso, os eleitos via voto direto fazem mais investimentos em suas campanhas, de modo que eles colocam mais a perder com a migração. A segunda hipótese é de que os partidos com bandeiras bem definidas sofreriam menos com a migração. Por meio de uma regressão logística, os autores concluem que a primeira hipótese não é sustentada, visto que não há diferenças estatisticamente significantes entre os parlamentares eleitos via voto direto e via partido. Por outro lado, a hipótese referente a bandeira política foi confirmada.

Outro trabalho que trata do efeito de leis eleitorais é o de Klein (2016). Neste trabalho o autor estuda a migração de parlamentares na Romênia entre 1996-2012, sendo que em 2008 ocorreu uma mudança na lei eleitoral, transformando o sistema mais orientado para os candidatos (lista aberta com votação por distrito) do que para os partidos (lista fechada com votação proporcional), tal como vigorava anteriormente. O autor obtém que, em um sistema centrado em candidatos, a migração é direcionada pelo *office-seeking*, visto que os eleitores votam em candidatos, e a troca de partido pouco teria a acrescentar em questão de votos – migração pode ter como recompensa o *office* sem acarretar em perdas de voto. Por sua vez, em sistemas centrados em partidos, como em uma votação proporcional de lista fechada, os eleitores votam em partidos, de modo que a migração dos parlamentares são *vote-seeking*, isto é, eles buscam partido que maximizem suas chances de reeleição.

Um fator externo que pode afetar o ritmo de migração são os diferentes estágios do ciclo parlamentar, o que foi abordado por Mershon e Shvetsova (2008). Para tanto, os

---

²⁶A Itália convive com um sistema misto, em que os eleitores votam em candidatos individuais e em partidos, isto é, há uma combinação entre sistema fechado, no qual o partido indica os deputados, e um sistema aberto, em que os eleitores é que decidem.

autores analisam os casos da Itália (1996-2001) e Rússia (1993-1995), escolhendo os períodos de maior migração partidária nesses países. Os autores dividem o ciclo parlamentar em cinco estágios: afiliação, benefícios, controle de políticas, eleitoral e dormência. Os autores mostram ainda que os estágios de afiliação e benefícios, que ocorrem do dia da eleição até a distribuição de cargos no legislativo, tem suas migrações orientadas por *office-seeking*. Já no estágio de controle de políticas a migração é *policy-seeking*, finalizando o ciclo com a migração *vote-seeking* no estágio eleitoral. O estágio político ocorre de forma descontínua ao longo de uma legislatura, quando questões importantes de política, como orçamento, política externa e constituição, entram em pauta no congresso. Já o estágio eleitoral tem seu momento associado ao nível de institucionalização do país, ocorrendo com maior antecedência em relação a eleição nos países com democracia mais bem consolidada. Esta ainda pode ocorrer após as eleições municipais, uma vez que nesse momento os parlamentares ajustam suas expectativas ao perfil do eleitorado. Klein (2016) testa tais constatações e conclui que a migração *office-seeking* predomina antes e durante a formação de coalizões no início de uma legislatura, ao passo que o *vote-seeking* é significante apenas quando uma eleição se aproxima.

Outro trabalho internacional que trata de fatores externos é McKee e Yoshinaka (2015), que estudam a conjuntura política dos Estados Unidos entre 1992 e 2012, período em que os autores analisam o avanço do Partido Republicano nos estados do Sul, bem como desenvolvem explicações para a migração partidária de legisladores Democratas para o Partido Republicano. Apesar de ser um fenômeno que chamou a atenção dos autores, cabe destacar que apenas 2% dos legisladores mudaram de partido no período de análise²⁷, o que contrasta com o nível de migração presente na política brasileira²⁸. Por meio de uma regressão logística, os autores concluem que a migração esteve associada à fatores demográficos e de contexto político. Por exemplo, a presença de um eleitorado com mais negros e hispânicos reduz a chance de um parlamentar migrar de partido, enquanto que a mudança do partido do governador do estado dobra a chance de migração.

Diante no apresentado nessa seção, mesmo a literatura internacional tem negligenciado a migração no âmbito municipal, tal como proposto no presente trabalho. Além disso, almeja contribuir a ainda pouco explorada análise de impacto que a migração tem sobre o político migrante, tal como empreendida por Kerevel (2017). Por fim, busca-se estimar a influência dessa migração sobre as transferências recebidas pelo município do político que muda durante a vigência do seu mandato.

---

²⁷King e Benjamin (1986) coletam dados que cobrem os anos de 1789 a 1984 na Câmara dos Deputados nos Estados Unidos, e nesse período apenas 165 migrações foram registradas, número inferior ao observado para qualquer uma das cinco legislaturas na Câmara brasileira entre 1983-2003 (MELO, 2003).

²⁸Como apresentado na introdução, no Brasil esse número chega a um terço.

3 OBJETIVOS

Tendo em vista a alta rotatividade de políticos brasileiros entre as legendas partidárias, o primeiro objetivo é analisar empiricamente os determinantes da migração partidária, tendo como base as variáveis básicas exploradas pela literatura do tema. Além disso, buscar-se-á analisar empiricamente os efeitos dessa migração sobre uma série de variáveis econômicas e políticas. A estratégia é comparar municípios e prefeitos similares, e então captar o efeito da mudança partidária. Caso sejam encontrados resultados que sugiram tais efeitos, o estudo pretende levantar e discutir hipóteses que os expliquem.

Assim, o projeto pretende contribuir com a literatura ao apresentar empiricamente os efeitos da migração partidária sobre variáveis econômicas e políticas. Além disso, parte-se de uma abordagem alternativa, uma vez que, diferente da literatura convencional que trata da migração partidária de legisladores, neste estudo a atenção se voltará para o executivo, mais especificamente, para os prefeitos.

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Metodologia

O objetivo desse trabalho consiste em verificar os determinantes da migração partidária, bem como avaliar as consequências de tal mudança, tanto sobre o político migrante, como também sobre o município no qual ele fora eleito. Empiricamente, o problema consiste em verificar o efeito que a mudança partidária exerce sobre, por exemplo, a chance de reeleição do prefeito, ou sobre as transferências governamentais para o município.

A análise da mudança partidária do prefeito durante o seu mandato pode ser interpretada como o efeito de um tratamento, em que o grupo tratado é composto por municípios cujo prefeito mudou de partido durante a vigência do seu mandato. Os demais municípios que não passaram por esse tipo de processo constituem o grupo de municípios não tratados. Entretanto, as motivações que levam um político a mudar de partido durante seu mandato possuem um caráter endógeno, isto é, a decisão entre se manter no partido atual ou migrar para outro é definida pelo próprio candidato não sendo, portanto, aleatória. Assim sendo, é necessário controlar o possível efeito decorrente do viés de auto-seleção amostral, o que leva a aplicação de um *Propensity Score Matching* (PSM) por meio do qual, para cada município tratado, encontramos um município no grupo de controle que possua probabilidades similares de ser tratado, diferindo-os somente pelo fato de um passar pelo tratamento e o outro não.

Para realizar o cálculo da probabilidade de ser tratado, isto é, de um prefeito mudar de partido, serão utilizados modelos de escolha binária, a serem discutidos na seção 4.2. De posse da probabilidade da cada observação ser tratada, busca-se no controle um par para cada tratado utilizando algum algoritmo para *matching*, o que será abordado na seção 4.3. Uma vez pareados, será empreendida primeiramente uma avaliação do impacto de migrar sobre as chances de um político se reapresentar na eleição seguinte, e sobre sua chance de efetivamente conseguir se reeleger. Como tais variáveis de resultados são binárias, uma vez mais serão utilizados os modelos de escolha binária. Por fim, para estimar o efeito que a migração tem sobre as transferências recebidas pelo município do migrante, será utilizado um modelo de *Differences in Differences*, apresentado na seção 4.5 e, como são avaliadas as transferências ao longo de todo o mandato do prefeito, tal análise será feita com dados em painel, discutidos na seção 4.4.

4.2 Modelos de Escolha Binária

Os modelos de escolha qualitativa são aqueles em que a variável dependente indica um dos m resultados, sendo estes mutuamente excludentes. No caso mais simples, tem-se

o modelo de escolha binária, no qual existem apenas dois resultados possíveis, tais como migrar ou não de partido. A estimação dos parâmetros destes modelos geralmente é realizada por máxima verossimilhança, uma vez que a distribuição dos dados é definida por um modelo de Bernoulli. Seja p a probabilidade de ocorrência de um dos resultados ($y=1$), logo o resultado alternativo ($y=0$) tem probabilidade de ocorrência igual a $(1-p)$ (CAMERON; TRIVEDI, 2005; WOOLDRIDGE, 2010):

$$f(x) = \begin{cases} 1, & \text{com probabilidade } p. \\ 0, & \text{com probabilidade } (1-p). \end{cases} \quad (1)$$

Para parametrizar essa probabilidade como função do vetor de regressores x , os dois modelos de escolha binária mais utilizados são o *logit* e o *probit*. Pelo modelo *logit* a função de distribuição acumulada segue distribuição logística, tal que:

$$p_i \equiv \Pr[y_i = 1 \mid x] = F(x'_i \beta) = \frac{e^{x'_i \beta}}{1 + e^{x'_i \beta}}, \quad (2)$$

em que, $0 < p_i < 1$, ao passo que no modelo *probit* a função de distribuição acumulada tem distribuição normal padrão:

$$p = F(x'_i \beta) = \int_{-\infty}^{x'_i \beta} \left(\frac{1}{\sqrt{2\pi}} \right) e^{-\frac{z^2}{2}} dz, \quad (3)$$

em que $0 < p_i < 1$. Assumindo que a variável dependente segue distribuição de Bernoulli, a função de máxima verossimilhança é tal que:

$$\mathcal{L}(\beta) = \prod_i^N F(x'_i \beta)^{y_i} (1 - F(x'_i \beta))^{1-y_i} \quad (4)$$

A equação (4) implica que a função log-verossimilhança possa ser escrita como:

$$l(\beta) = \sum_i^N y_i \ln F(x'_i \beta) + (1 - y_i) \ln (1 - F(x'_i \beta)) \quad (5)$$

O estimador de máxima verossimilhança de β é o valor que maximiza $l(\beta)$:

$$\frac{\partial l(\beta)}{\partial \beta} = 0 \Rightarrow \sum_i^N \frac{y_i - F(x'_i \beta)}{F(x'_i \beta) - (1 - F(x'_i \beta))} F'(x'_i \beta) x_i = 0 \quad (6)$$

No caso do *logit*, se substituirmos (2) e sua derivada em (6), pode-se estimar o valor dos coeficientes a partir de:

$$\sum_{i=1}^N (y_i - F(x'_i \beta)) x_i = 0 \quad (7)$$

Os coeficientes estimados não possuem uma interpretação direta, surgindo interesse em calcular os efeitos marginais. O efeito marginal da variável explicativa x_i , com $i=1,2,\dots,k$, mede a mudança na probabilidade prevista associada a mudanças marginais nessa variável explicativa. O efeito marginal do modelo *logit* será dado por:

$$\frac{\partial P(y_i = 1|x_i)}{\partial x_i} = \beta_j \frac{e^{\beta_j x_i}}{(1 + e^{\beta_j x_i})^2} = \beta_j F(x'_i \beta)(1 - F(x'_i \beta)) \quad (8)$$

Empiricamente, no caso dos modelos *logit* e *probit* binomiais não há muita diferença entre os modelos escolhidos, sendo as maiores nas caudas, isto é, quando as probabilidades estão próximas de 0 e 1 (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Usando teste de hipótese para realizar a escolha entre os modelos, Chambers e Cox (1967) encontram que apenas no caso de grandes amostras e variáveis independentes é que surgem diferenças entre os modelos. Chen e Tsurumi (2010) testam a efetividade dos critérios de para a seleção dos modelos *logit* e *probit*. Apenas o *deviance information criterion* (DIC) e *Akaike's information criterion* (AIC) discriminam adequadamente os modelos, mas apenas caso os dados não sejam balanceados¹ e o número de observações seja maior ou igual a mil, para que se tenha um número suficiente de observações nas caudas.

4.3 Propensity Score Matching

Para estimarmos o efeito causal do tratamento em um indivíduo seria necessário saber qual seria o resultado obtido por esse indivíduo tratado caso ele não tivesse recebido tratamento (CALIENDO; KOPEINIG, 2008). Entretanto, não é possível observar, ao mesmo tempo, o resultado apresentado por um indivíduo tratado e o resultado apresentado caso ele não tivesse se submetido ao tratamento (contrafactual). Esse problema é denominado por Holland (1986) como problema fundamental da inferência causal.

O uso do *matching* é uma das abordagens possíveis para contornar esse problema. A ideia do *matching* é construir um grupo de controle semelhante ao grupo de tratamento para um dado conjunto de características observáveis X . Se compararmos dois indivíduos, um no grupo de controle e outro no grupo de tratamento, com as mesmas características observáveis, o fator que os diferencia é unicamente o fato de um ser tratado e o outro não (CALIENDO; KOPEINIG, 2008).

A medida mais utilizada para o efeito do tratamento é o Efeito Médio do Tratamento (ATE), definida como a diferença entre o resultado obtido com o tratamento para o grupo tratado menos o resultado obtido sem tratamento para o grupo tratado. Formalmente:

$$ATE = \mathbb{E}(T|D = 1) = \mathbb{E}(Y(1)|D = 1) - \mathbb{E}(Y(0)|D = 1) \quad (9)$$

---

¹ No sentido em que a quantidade de dados entre zero e um estão distantes.

em que T é o tratamento, no caso de tratamento binário D é igual a um (1) para o grupo que recebe tratamento e zero (0) para o grupo de controle, $Y(D)$ indica o resultado potencial para o grupo condicionado antes ou depois do tratamento, sendo que o valor de D é igual a 1 para o período posterior ao tratamento e 0 para o período anterior. Pelo problema fundamental da inferência causal, não é possível observar o termo $\mathbb{E}(Y(0)|D = 1)$, que é o resultado que o grupo de tratamento teria caso ele não tivesse sido tratado.

O que podemos observar é a diferença entre o resultado obtido pelo grupo de tratamento caso ele seja tratado e o resultado obtido pelo grupo de controle caso ele não seja submetido ao tratamento. Manipulando (9), obtém-se:

$$\mathbb{E}(Y(1)|D = 1) - \mathbb{E}(Y(0)|D = 0) = ATT + \mathbb{E}(Y(0)|D = 1) - \mathbb{E}(Y(0)|D = 0) \quad (10)$$

A diferença entre o resultado que observamos e aquele que desejamos estimar é chamado de *viés de seleção*, que representa a diferença entre os grupo de tratamento e o grupo de controle mesmo na ausência do tratamento.

O objetivo do *matching* é permitir a estimação do valor do ATT. Para que o *matching* possa ser utilizado como uma ferramenta válida, é necessário que sejam feitas algumas hipóteses. A primeira delas é a hipótese da independência condicional (CIA), segundo o qual a atribuição dos indivíduos ao tratamento independe dos seus resultados potenciais.

Hipótese 1. Independência condicional²: $Y(0), Y(1) \perp D|X$

Assim, dado um conjunto de variáveis observáveis X que não são afetadas pelo tratamento, a atribuição dos indivíduos ao tratamento é independente dos resultados potenciais. Nesse caso, o resultado de um indivíduo no grupo de controle gera uma boa estimativa do resultado potencial que obteria um indivíduo do grupo de tratamento caso ele não fosse tratado. Uma segunda hipótese é chamada de hipótese de sobreposição ou suporte comum, segundo o qual indivíduos com o mesmo conjunto de características observáveis X possuem probabilidade positiva de serem tratados ou não, ou seja, não há um valor de X para o qual se possa dizer com certeza a qual dos grupos o indivíduo pertence.

Hipótese 2. Sobreposição ou suporte comum³: $0 < P(D = 1|X) < 1$

---

² Se a intenção for apenas estimar o ATT, basta a hipótese de independência condicional fraca, isto é, $Y(0) \perp D|X$ que é o suficiente para garantir que o grupo de controle é uma boa aproximação do resultado que seria obtido pelo grupo de tratamento caso não fosse tratado (CALIENDO; KOPEINIG, 2008).

³ Assim como no caso da hipótese de independência condicional, para estimar o ATT basta a hipótese de

Um problema surge quando o número de covariadas em X torna-se muito grande ou quando uma delas possui muitas variáveis. Nesse caso, as diversas combinações de X geram um número muito grande de grupos, e cada um deles com um número pequeno de indivíduos (CALIENDO; KOPEINIG, 2008). Para lidar com esse problema, Rosenbaum e Rubin (1983) propõe o uso do *propensity score matching* (PSM) que são funções de X . Agora, ao invés de encontrar o *matching* para cada indivíduo usando todo o vetor de características observáveis X , opta-se por fazer o *matching* com uma função de X capaz de resumir toda a informação contida em X . As duas hipóteses previamente apresentadas seguem válidas para o PSM.

Conforme Caliendo e Kopeinig (2008), para estimarmos o PSM devem ser feitas duas escolhas: modelo e variáveis. Para o caso de tratamento binário, em que é estimada a probabilidade do indivíduo ser ou não tratado, tanto o modelo *logit* como o *probit* geram estimativas similares. No presente estudo, será apresentado o resultado das estimativas dos dois modelos. Entretanto, quando o tratamento passa a ser multivariado, o modelo escolhido faz diferença. Como o modelo *logit* parte de hipóteses mais fortes, o modelo *probit* é mais indicado. Porém, como Cameron e Trivedi (2005) apontam, o modelo *probit* é computacionalmente mais complicado de ser resolvido devido ao cálculo de integrais, o que leva a sugestão de estimar o PSM multinomial por meio de uma série de modelos binomiais (LECHNER, 2001). Quanto a escolha de variáveis, Caliendo e Kopeinig (2008) apontam que apenas variáveis que afetam simultaneamente tanto a decisão de ser tratado, como também variável de resultado devem ser incluídas no modelo. Além disso, as variáveis incluídas não devem ser afetadas pela participação no tratamento.

Caliendo e Kopeinig (2008) apresentam três estratégias que podem ser utilizadas para selecionar as variáveis a serem utilizadas no PSM. A primeira é o método de *hit or miss* introduzido por Heckman, Ichimura e Todd (1997), em que a escolha de variáveis é feita tendo em vista maximizar a taxa de predição correta. Outro método é o da significância estatística, em que são acrescentadas variáveis aos poucos, sendo mantidas aquelas consideradas significantes. Por fim, um terceiro método é a validação cruzada, em que são adicionados blocos de variáveis e, então, verifica-se o efeito que essa adição tem sobre o erro quadrático médio. Caso haja redução do erro quadrático médio, o bloco de variáveis é mantido.

Retomando o tema do trabalho, uma vez que por meio do PSM obtemos para cada município tratado (município em que houve mudança de partido do prefeito) um município do grupo de não tratados (municípios em que não houve mudança de partido do prefeito) com a mesma chance de ser tratado, podemos montar um painel de municípios e, então, mensurar o efeito do tratamento. Esse cálculo será feito por meio do método de

---

sobreposição fraca em que $0 < P(D = 1|X) < 1$. Tal hipótese é suficiente pois garante que para todo X que tem probabilidade de ser tratado, também é possível obter um indivíduo com o mesmo X no controle – mas sob essa hipótese já não mais possível garantir o inverso.

Differences in Differences (diff-in-diff) apresentado a seguir.

4.4 Dados em Painel

Em uma estrutura de dados em painel as observações de uma unidade seccional são repetidas ao longo do tempo, o que traz consigo a vantagem de realizar estimativas mais precisas. Isso ocorre pois o número de observações aumenta, visto que são empilhados dados de vários períodos para cada indivíduo. Além disso, a análise dos dados ao longo dos períodos de tempo nos permite estudar a dinâmica das variáveis envolvidas. Por fim, o uso de dados em painel nos permite explorar tanto a variação natural como a longitudinal para se fazer inferência causal.

Se respeitadas as hipóteses de Gauss-Markov para dados em painel, o estimador de mínimos quadrados gera estimativas consistentes e eficientes. Entretanto, em dados em painel dificilmente podemos garantir que o termo de erro não possua auto correlação, de modo que esse estimador perde sua eficiência. Essa dependência intertemporal do termo de erro pode ser incorporada no modelo de painel por meio da heterogeneidade intrínseca, isto é, um termo de erro que é invariante ao longo do tempo.

O modelo canônico de dados em painel pode ser escrito como:

$$y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + u_i + v_{it} \quad (11)$$

No termo de erro há tanto um termo não observável invariante no tempo u_i , bem como um variante no tempo v_{it} . As hipóteses básicas adotadas por esse modelo são:

- (a) Homocedasticidade: $Var(v_{it}|u_i, X) = \sigma_v^2$ e $Var(u_i|X) = \sigma_u^2$
- (b) Amostra aleatória: $(y_{it}, X_{it}, u_i, v_{it}) \perp (y_{js}, X_{js}, u_j, v_{js}) \quad \forall t, s \quad i \neq j$
- (c) Termo de erro idiossincrático: $v_{it} \perp v_{js}, \forall t \neq s$

Se além dessas hipóteses for assumido que $\mathbb{E}(u_i | X) = 0$, o estimador de mínimos quadrados empilhados (MQOE) gera estimativas não viesadas para dados em painel:

$$\hat{\beta}^{MQOE} = (X'X)^{-1}X'Y, \quad \hat{\beta}^{MQOE} \sim N(\beta, (X'X)^{-1}X'\Sigma X(X'X)^{-1}) \quad (12)$$

Utilizando a ideia de mínimos quadrados generalizados (MQG) pode-se utilizar o estimador de Efeitos aleatórios (EA), em que o estimador é corrigido pela matriz de variância e covariância de erros:

$$\hat{\beta}^{EA} = (X'\Sigma X)^{-1}X'\Sigma Y, \quad \hat{\beta}^{EA} \sim N(\beta, (X'\Sigma X)^{-1}) \quad (13)$$

Caso $\mathbb{E}(u_i | X) \neq 0$ os estimadores supracitados tornam-se inconsistentes. Uma solução para contornar o problema é eliminar o termo de erro não observável invariante no tempo u_i antes de estimar o modelo por mínimos quadrados. O problema é que nessa manipulação quaisquer termos invariantes no tempo são eliminados, como por exemplo o estado a que o município pertence. Uma possível transformação é subtrair as médias de y_{it} de todo período analisado:

$$y_{it} - \bar{y}_t = (x_{it} - \bar{x})\beta + (u_i - \bar{u}_i) + (v_{it} - \bar{v}) \Rightarrow \tilde{y}_t = \tilde{x}_t\beta + \tilde{v} \quad (14)$$

Estimando a regressão acima por mínimos quadrados é obtido o estimador de efeitos fixos (EF):

$$\hat{\beta}^{EF} = (\tilde{X}'\tilde{X})^{-1}\tilde{X}'\tilde{Y}, \quad \hat{\beta}^{EF} \sim N(\beta, \tilde{\sigma}_v^2(\tilde{X}'\tilde{X})^{-1}) \quad (15)$$

Para realizar a escolha entre o modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios pode-se utilizar o teste de Hausman. O teste pressupõe que $\hat{\beta}^{EF}$ é consistente, e então testamos se há diferença estatisticamente significativa entre $\hat{\beta}^{EF}$ e $\hat{\beta}^{EA}$:

$$H_0 : \hat{\beta}^{EA} - \hat{\beta}^{EF} = 0 \quad (16)$$

Cuja estatística teste é dada por:

$$W = (\hat{\beta}^{EA} - \hat{\beta}^{EF})[Var(\hat{\beta}^{EA}) - Var(\hat{\beta}^{EF})]^{-1}(\hat{\beta}^{EA} - \hat{\beta}^{EF}) \quad (17)$$

Um alto valor do teste nos leva a rejeitar H_0 , isto é, $\hat{\beta}^{EA}$ é inconsistente de modo que o indicado é escolher $\hat{\beta}^{EF}$.

4.5 *Differences in Differences (Diff-in-Diff)*

Para que seja feito o cálculo da diferença entre o grupo de tratamento e o de controle são necessários dados para ambos os grupos para pelo menos um período que seja anterior ao tratamento e um posterior. Desse modo, a amostra é dividida em quatro grupos como pode ser visto pela Tabela 1:

Tabela 1 – Diferenças em Diferenças

	Antes	Depois	Diferença
Controle	A	B	B - A
Tratamento	C	D	D - C
Diferença	C - A	D - B	(D - C) - (B - A) = (D - B) - (C - A)

Fonte: Própria elaboração.

O método *Differences in Differences* (*Diff-in-Diff*) consiste no cálculo de duas diferenças: primeiro a diferença entre o antes e o depois para o grupo de controle (B-A) e para o grupo de tratamento (D-C). Como o grupo de controle não sofre o efeito do tratamento, (B-A) capta a mudança devido a outros fatores que podem ter afetado também o grupo de tratamento. Desse modo, o cálculo da diferença entre a diferença dos dois grupos (D-C)-(B-A) apreende o efeito do tratamento.

Fogel (2012) aponta para a vantagem do método *Diff-in-Diff* permitir avaliar o impacto de uma política com dados agregados, bem como permite controlar para características não observáveis. Além disso, são necessárias algumas hipóteses básicas para a aplicação do método *Diff-in-Diff* (FOGEL, 2012). É necessário que a trajetória temporal da variável de resultado dos dois grupos siga a mesma de antes do tratamento – mesmo que os dois grupos não partam de pontos similares. Se essa hipótese é válida, os desvios na trajetória da variável de resultado entre os grupos se devem ao efeito causal do tratamento. Uma segunda hipótese do método *Diff-in-Diff* é que a composição dos grupos não se altere significativamente entre o período anterior e posterior ao tratamento. Por fim, os grupos não devem sofrer efeitos heterogêneos diante de alguma mudança que ocorra após a aplicação do tratamento.

O estimador *Diff-in-Diff* pode ser apresentado tanto como uma dupla diferença de médias, como visto no quadro anterior, bem como por meio de regressões lineares. Seja $D = \{1, 0\}$ se a amostra é sujeita ou não ao tratamento, e $t = \{1, 0\}$ para os períodos posterior e anterior a intervenção. Assim, o estimador *Diff-in-Diff* apresentado pela dupla diferença de médias é dado por:

$$\beta_{DD} = \{\mathbb{E}[Y|D = 1, t = 1] - \mathbb{E}[Y|D = 1, t = 0]\} - \{\mathbb{E}[Y|D = 0, t = 1] - \mathbb{E}[Y|D = 0, t = 0]\} \quad (18)$$

em que β_{DD} representa a diferença entre o que ocorreu com o grupo de tratamento antes e depois do tratamento, menos o que ocorreu com o grupo de controle antes e depois do tratamento. Fogel (2012) aponta que a equação (18) assume válida a hipótese de que a trajetória temporal da variável de resultado para o grupo de controle representa um bom

contrafactual da variável de resultado do grupo de tratamento. Desse modo, a diferença entre a variação dos dois grupos capta o efeito do tratamento.

O modelo *Diff-in-Diff* pode ser representado como uma regressão linear que, para o caso de haver apenas dois períodos, antes e depois do tratamento, pode ser escrito como:

$$Y_{it} = \alpha X_{it} + \delta D_i + \gamma t_t + \beta_{DD}(D_{it}t_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (19)$$

em que Y é a variável de resultado (transferência recebida pelos municípios brasileiros, probabilidade de reapresentação e reeleição), o vetor X é uma variável com as características observadas pelo indivíduo, D é uma variável binária cujo valor é 1 caso o indivíduo faça parte do grupo de tratamento (município em que houve mudança do partido do prefeito), t representa o período de tempo, sendo 1 para o período após o tratamento (após a mudança de partido do prefeito) e 0 para o período anterior (isto é, anterior à mudança de partido do prefeito) e o subscrito i se refere ao indivíduo (município). A variável D isolada representa a diferença de média entre o grupo de tratamento e de controle sobre a variável de resultado Y , e a variável t isolada retrata a diferença de média da variável de resultado em relação ao período antes e depois do tratamento – capta os outros fatores que afetam a variável de resultado na ausência de tratamento. O efeito médio do tratamento sobre o grupo tratado é captado pela interação entre D e t , cujo produto é igual a 1 para o grupo de tratamento após o indivíduo ser tratado (isto é, para os municípios em que houve mudança de partido do prefeito após a ocorrência da mudança). Logo, o impacto do tratamento é medido pelo parâmetro β_{DD} .

5 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nessa seção será apresentada uma descrição das variáveis a serem utilizadas na análise subsequente. Este estudo cobre os anos entre 2001 a 2012, o que engloba três eleições municipais: 2000, 2004 e 2008¹. O número de municípios brasileiros considerados são 4974, ficando de fora aqueles para os quais faltaram informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Os dados eleitorais estão disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais², que compila dados do eleitorado, dos candidatos e dos resultados da eleição em si. Na Tabela 2 é apresentado uma média das variáveis utilizadas ao longo do trabalho, separadas entre os municípios cujo prefeito mudou de partido e aqueles cujo prefeito não o fez.

A Figura 1 apresenta a evolução das migrações dos prefeitos ao longo dos anos, expondo o número de municípios que passaram por ao menos uma migração ao longo de cada mandato. É possível notar um padrão bem definido entre o número de migrações e o calendário eleitoral: tal como argumentado por Diniz (2000), o número de mudanças de partido se concentra no terceiro ano de mandato, uma vez que um ano antes da eleição finda o prazo de filiação partidária para aqueles que desejam concorrer na referida eleição³. Assim, aqueles que desejam concorrer ao cargo de prefeito em 2004 devem apresentar o partido pelo qual desejam concorrer já em 2003, de modo que neste ano o prefeito escolha aquele partido que lhe trará as melhores chances de obter sucesso político. Conforme a Figura 1, em torno de 90% das 2301 migrações estão concentradas no terceiro ano de mandato do prefeito.

---

¹ Para os eleitos em 2000 o mandato cobre os anos de 2001 a 2004, enquanto que os eleitos em 2004 e 2008 tem seu mandato ao longo dos anos 2005 a 2008 e 2009 a 2012, respectivamente

² Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/index.html>>. Acesso em: 13 junho de 2017.

³ Cabe notar que a partir das eleições municipais de 2016 o prazo mínimo para concorrer às eleições diminuiu de um ano para seis meses, bem como estabeleceu a possibilidade de troca de partido sem perda de mandato nos trinta dias que antecedem o prazo de filiação.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas - municípios em que os prefeitos não migram vs aqueles em que os prefeitos migraram

Variáveis	Eleitos 2000			Eleitos 2004			Eleitos 2008		
	(1) Não Migrante	(2) Migrante	(3) Observação	(4) Não Migrante	(5) Migrante	(6) Observação	(7) Não Migrante	(8) Migrante	(9) Observação
<i>Características do Município</i>									
População	29.245	37.929	17,264/2,632	32.589	28.479	15,840/4,056	30.667	51.047	17,384/2,512
Proporção urbana	0.602	0.596	17,264/2,632	0.631	0.590	15,840/4,056	0.651	0.616	17,384/2,512
Proporção 65 anos	0.069	0.068	17,264/2,632	0.078	0.073	15,840/4,056	0.086	0.082	17,384/2,512
Proporção 14 anos	0.295	0.308	17,264/2,632	0.267	0.288	15,840/4,056	0.246	0.262	17,384/2,512
PIB per capita (R\$)	11.683	9.976	17,264/2,632	13.264	10.225	15,840/4,056	14.807	11.671	17,384/2,512
Norte	0.075	0.095	17,264/2,632	0.069	0.111	15,840/4,056	0.076	0.087	17,384/2,512
Nordeste	0.296	0.443	17,264/2,632	0.271	0.486	15,840/4,056	0.290	0.492	17,384/2,512
Centro Oeste	0.080	0.088	17,264/2,632	0.078	0.091	15,840/4,056	0.077	0.111	17,384/2,512
Sudeste	0.314	0.270	17,264/2,632	0.337	0.193	15,840/4,056	0.329	0.160	17,384/2,512
Sul	0.234	0.101	17,264/2,632	0.242	0.117	15,840/4,056	0.226	0.148	17,384/2,512
<i>Características do Prefeito</i>									
Idade	49.844	49.086	17,264/2,632	49.626	48.453	15,840/4,056	50.228	48.716	17,384/2,512
Homem	0.944	0.949	17,264/2,632	0.928	0.919	15,840/4,056	0.912	0.899	17,384/2,512
Direita	0.370	0.367	17,264/2,632	0.308	0.366	15,840/4,056	0.252	0.404	17,384/2,512
Esquerda	0.133	0.209	17,264/2,632	0.221	0.276	15,840/4,056	0.271	0.253	17,384/2,512
Centro	0.487	0.404	17,264/2,632	0.458	0.290	15,840/4,056	0.453	0.297	17,384/2,512
Outros	0.008	0.018	17,264/2,632	0.012	0.066	15,840/4,056	0.021	0.044	17,384/2,512
Coligação Presidente	0.324	0.311	17,264/2,632	0.125	0.068	15,840/4,056	0.342	0.233	17,384/2,512
Coligação Governador	0.466	0.453	17,264/2,632	0.441	0.347	15,840/4,056	0.510	0.431	17,384/2,512
Primeiro Mandato	0.593	0.667	17,264/2,632	0.732	0.849	15,840/4,056	0.578	0.796	17,384/2,512
Superior Completo	0.387	0.381	17,264/2,632	0.428	0.371	15,840/4,056	0.453	0.385	17,384/2,512
Superior Incompleto	0.072	0.047	17,264/2,632	0.066	0.087	15,840/4,056	0.067	0.074	17,384/2,512
Médio Completo	0.228	0.273	17,264/2,632	0.257	0.264	15,840/4,056	0.265	0.307	17,384/2,512
Médio Incompleto	0.051	0.053	17,264/2,632	0.042	0.041	15,840/4,056	0.035	0.052	17,384/2,512
Fundamental Completo	0.097	0.089	17,264/2,632	0.076	0.073	15,840/4,056	0.075	0.070	17,384/2,512
Fundamental Incompleto	0.133	0.124	17,264/2,632	0.112	0.134	15,840/4,056	0.092	0.093	17,384/2,512
Lê e escreve	0.018	0.022	17,264/2,632	0.012	0.023	15,840/4,056	0.009	0.014	17,384/2,512
Analfabeto	0	0	17,264/2,632	0	0	15,840/4,056	0	0.001	17,384/2,512
<i>Resultados</i>									
Reapresentação	0.420	0.495	17,264/2,632	0.561	0.676	15,840/4,056	0.417	0.622	17,384/2,512
Reeleição	0.565	0.533	7,260/1,304	0.677	0.641	8,900/2,744	0.548	0.521	7,264/1,564
NdF	549.88	512.70	16,037/2,400	723.39	664.24	14,362/3,542	849.36	753.35	16,263/2,309
DFO	28.52	28.64	16,037/2,400	13.19	12.94	14,362/3,542	22.14	20.84	16,263/2,309
DFC	18.13	16.06	16,037/2,400	10.23	10.64	14,362/3,542	16.40	13.36	16,263/2,309
NdE	301.98	268.66	16,037/2,400	397.88	292.32	14,362/3,542	480.98	379.37	16,263/2,309
DEO	11.22	9.79	16,037/2,400	4.66	4.57	14,362/3,542	7.03	6.95	16,263/2,309
DEC	6.21	5.74	16,037/2,400	6.59	5.82	14,362/3,542	6.98	5.04	16,263/2,309

Nota: As siglas, NdF, NdE, DFO, DEO, DFC e DEC se referem aos diferentes tipos de transferências que os municípios podem receber dos outros entes da federação. O significado dessas siglas é apresentado como se segue: NdF = “Não discricionária federal”, NdE = “Não discricionária estadual”, DFO = “Discricionária federal outros”, DEO = “Discricionária estadual outros”, DFC = “Discricionária federal de capital” e DEC = “Discricionária estadual de capital”. Nas colunas (3), (6) e (9) é apresentado o número de observações, sendo que à esquerda da barra é apresentado o número de observações cujos prefeitos não são migrantes, enquanto que à direita está o número de observações com prefeitos migrantes.

Fonte: Própria elaboração

Figura 1 – Número de migrações por ano

Fonte: Própria elaboração.

Além de não se distribuir de modo uniforme ao longo do tempo, a migração também não é uniforme no espaço. Como pode ser visto na Figura 2, em alguns estados o ritmo de migração se mantém elevado em todas as eleições, notadamente Amazonas, Bahia, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Este último se destaca pela elevada parcela de municípios que passaram por ao menos um caso de migração ao longo desses doze anos: 77,78%. Por outro lado, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo são os que menos sofrem com a migração, sendo que no Rio Grande do Sul apenas 4,38% dos municípios passaram por uma mudança partidária do prefeito.

Figura 2 – Migrações por unidades da federação

Fonte: Própria elaboração.

Segundo Melo (2003) e Desposato (2006), a busca por acesso a recursos motiva os parlamentares a migrarem para partidos pertencentes a base governista. Expandindo esse raciocínio para os prefeitos, espera-se que aqueles pertencentes a base do governo, seja federal, estadual ou de ambos, estejam menos suscetíveis a mudar de partido. A Figura 3 apresenta a participação no total de prefeituras e de migrações para cada tipo de prefeito. É interessante notar que, caso o prefeito não seja pertencente a um partido coligado ao governador e/ou ao presidente, a parcela no total de prefeituras é proporcionalmente menor do que a parcela desses prefeitos sob o total de migrantes. Por exemplo, os prefeitos que não são coligados nem com o governo federal e nem com o governo estadual representam em torno de 39% prefeituras, mas cerca de 50% dos migrantes, um indício da validade das hipóteses sugeridas por Melo (2003), Desposato (2006) e Young (2014) também para o caso dos prefeitos: políticos coligados ao presidente e/ou ao governador têm menor probabilidade de mudar de partido. Desse modo, a migração de prefeitos que ocorre no período pré-eleitoral (diríamos em t) é um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual estabelecido nas eleições gerais precedentes (em $t-1$), tendo como objetivo um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais (em $t+1$). Por esses motivos, o ápice das migrações tende a concentrar-se no ano entre as eleições.

Figura 3 – Participação no total de prefeituras e de migração

Fonte: Própria elaboração.

Unindo a análise da migração por estado com a migração governista, a Figura 4 apresenta a proporção dos prefeitos que mudam de partido rumo a base do governador para cada um dos estados da federação. Em um extremo temos o Acre, onde 78% das mudanças de partido se destinam a partidos da base do governador, enquanto que na outra ponta no Rio Grande do Sul apenas 16% das migrações se destinam ao partido do governador.

Figura 4 – Migrações para a base do governador por estado

Fonte: Própria elaboração.

Um caso ilustrativo dessa migração que se direciona para partidos da base é o da Bahia. Em 2002 fora eleito Paulo Souto, do PFL. No ano seguinte, a Bahia foi o estado com o maior número de migrações de partido relacionadas a prefeitos, 90, sendo que 80% delas (ou 72 migrações) direcionavam-se a um partido da base governista, com 52 migrações rumo ao partido do governador, o PFL. Já em 2007, com a eleição do petista Jaques Wagner, novamente a migração se dirige para a base governista, em torno de 70% das migrações (ou 93 prefeitos). O partido mais afetado pelas migrações é o até então governista PFL, que perde 59 prefeituras apenas via migração. Ao analisarmos o destino desses prefeitos, é possível notar que o destino deles não foi o PT, mas em grande parte o PMDB. Mas o que explicaria esse movimento para a base, mas não para o partido do governador?

Como apontado por Melo (2004), políticos provenientes de partidos mais à direita, tal como o PFL, tem um padrão de migração mais coerente, não se direcionando a partidos de esquerda, como o PT. A Figura 5 apresenta para onde se destinam as migrações entre as ideologias. A classificação dos partidos entre as ideologias segue a adotada por Martins (2002). Segundo o autor, na esquerda se posicionam os partidos PT, PDT, PSB, PC do B, PPS, PMN e PV. Na direita são alocados os partidos DEM/PFL, PP/PPB, PR/PL, PSD, PSC, Prona e PSL. No centro estão PMDB, PSDB e PTB. Os partidos que não encontram uma classificação ideológica foram alocados na categoria outros partidos, sendo eles PRP, PRB, PTN, PHS, PSDC, PT do B, PRTB, PTC e PAN. É possível notar que a direita é a mais afetada pelas migrações, muito embora ela seja a mais coerente, tal como apontado

por Melo (2004). Outro ponto que chama a atenção é a baixa atratividade de partidos de esquerda, atraindo menos migrantes que a direita até mesmo dentro da própria esquerda.

Figura 5 – Ideologias e Migrações

Fonte: Própria elaboração.

Nos moldes do que foi visto na Figura 3, a Figura 6 apresenta a participação no total de prefeituras e de migrações para cada tipo de ideologia. É possível notar que os prefeitos de centro migram em proporção menor do que sua parcela de prefeituras, indicando que a presença em um partido de centro reduza a chance de o prefeito migrar.

Figura 6 – Participação no total de prefeituras e de migração

Fonte: Própria elaboração.

Nota-se uma redução na relação migração-prefeituras para a esquerda ao longo das eleições, bem como o aumento da mesma para os partidos de direita, o que pode estar associado ao aumento, ou redução, da presença de tais partidos nas coligações de governos e presidentes, tal como apresentado na Tabela 3. Entretanto, a menor relação migração-prefeituras para o centro parece não ser explicado por esse fator.

Tabela 3 – Participação nas coligações por ideologia

Coligação/Ideologia	Eleição 2000				Eleição 2004				Eleição 2008			
	D	E	C	O	D	E	C	O	D	E	C	O
Estadual	55,2	21,4	47,5	39,8	46,9	22,3	51,2	13,5	51,7	42,7	54,4	35,7
Federal	48,5	12,4	26,3	0	11,4	33,9	0	0	14,8	62,1	25,1	48,4

Nota: A ideologia dos partidos foi classificada em direita (D), esquerda (E), centro (C) e outros (O).

Fonte: Própria elaboração.

Para entender melhor o que se passa com os partidos de centro, será necessário desagregar um pouco mais a análise e direcionar o foco para os partidos. Na Figura 7 é apresentada a proporção de prefeitos que migram em cada um dos dez maiores partidos, sendo que os demais partidos foram agregados sob a alcunha de “demais partidos”. A linha horizontal vermelha marca a média de prefeitos que migram entre os partidos, equivalente a taxa de 15,4%. Destaca-se que dois dos três partidos considerados de centro migram a uma taxa abaixo da média: PMDB com 8,04% de migrantes e PSDB com 11,75%. Tais partidos também são os dois com o maior número de prefeituras ao longo do período analisado: 21,03% e 16,08%, respectivamente. Desse modo, a menor taxa de migração de centro pode estar associada ao fato de que nesse campo ideológico concentram-se os maiores partidos e, conforme Castle e Fett (2000), Heller e Mershon (2005), McLaughlin (2012) e McKee e Yoshinaka (2015), os maiores partidos sofrem menos com a migração de seus quadros.

Figura 7 – Migrações por partido

Fonte: Própria elaboração.

Mesmo dentro de um mesmo partido, há diferenças entre o ritmo de migração dos prefeitos. Tais diferenças podem estar associadas a características individuais de cada político, tais como seu gênero, escolaridade ou idade. Desse modo, tais variáveis sócio-demográficas também serão utilizadas para controle. De acordo com a Figura 8, a proporção de prefeitos e de migrantes por gênero está alinhada, indicando não haver correlação entre gênero e taxa de migração.

Figura 8 – Participação no total de prefeituras e percentual de migração

Fonte: Própria elaboração.

No que tange a escolaridade, é possível notar na Figura 9 que a maioria dos prefeitos tem ensino superior completo, bem como que a parcela destes tem aumentado com o passar das eleições. Quanto a relação entre a escolaridade e a migração, apenas para prefeitos com ensino fundamental completo ou ensino superior completo, a parcela de migrantes é inferior ao de prefeituras nas três eleições. Por outro lado, apenas para o ensino médio completo a parcela de migrantes foi superior ao de prefeituras ao longo do período analisado. A relação entre escolaridade e migração já foi abordado por McKee e Yoshinaka (2015), mas com um enfoque diferente: a escolaridade do eleitorado e não do eleito. No caso em questão, quanto maior a escolaridade do eleitorado, menor tendeu a ser o ritmo de migração. Para o caso aqui analisado, também parece haver uma relação inversa entre escolaridade e migração, uma vez que os prefeitos com o maior nível educacional tendem a representar proporcionalmente mais prefeituras do que migrantes.

Figura 9 – Participação no total de prefeituras e de migração

Nota: As siglas O, FI, FC, MI, MC, SI e SC se referem aos diferentes níveis de escolaridade dos prefeitos. O significado dessas siglas é apresentado como se segue: O = “Outros (analfabetos, lê e escreve e não informados)”, FI = “Fundamental Incompleto”, FC = “Fundamental Completo”, MI = “Médio Incompleto”, MC = “Médio Completo”, SI = “Superior Incompleto” e SC = “Superior Completo”.

Fonte: Própria elaboração.

Por sua vez, a idade dos prefeitos está negativamente correlacionada com a chance de o prefeito migrar, como pode ser observado na Figura 10. Nesse caso é apresentado o percentual de prefeitos com uma determinada idade que migram de partido. Tal resultado está em linha com o trabalho de Reed e Scheiner (2003), segundo o qual políticos jovens seriam mais ambiciosos que os mais velhos e, devido a sua preocupação demasiada com as próximas eleições, seriam mais propensos a migrar.

Figura 10 – Idade dos prefeitos e migração

Fonte: Própria elaboração.

Por fim, vejamos qual o efeito que o mandato do prefeito tem sobre sua decisão de migrar ou não de partido. Na Figura 11 podemos perceber que a participação dos prefeitos em primeiro mandato sobre a parcela de migrantes é doze pontos percentuais maior do que sobre a de prefeituras, um indício de que há uma correlação positiva entre o fato de o prefeito estar em primeiro mandato e sua chance de mudar de partido.

Figura 11 – Participação no total de prefeituras e de migração

Fonte: Própria elaboração.

Uma hipótese é que os prefeitos em primeiro mandato migram mais pois estão visando a eleição municipal seguinte, incentivo esse que não ocorre para os prefeitos já em segundo mandato, visto que a legislação impossibilita um terceiro mandato na sequência. Se tal hipótese estiver correta, os prefeitos em primeiro mandato devem dominar as migrações nos anos que antecedem as eleições, uma vez que estas tem um fim mais ligado a eleição futura. Tal fase do ciclo político foi denominado por Mershon e Shvetsova (2008) como estágio eleitoral, momento em que o foco das migrações é a reeleição. Os dados coletados apontam que 80% das migrações que ocorrem nos anos pré-eleitorais (2003, 2007 e 2011) são de prefeitos em primeiro mandato, o que corrobora a hipótese aventada.

Por fim, serão utilizados dados demográficos dos municípios brasileiros, que servirão tanto como variáveis para realização do pareamento via *propensity score matching* como variáveis de controle das regressões a serem estimadas no segundo estágio. Este conjunto de variáveis contemplará a população municipal, a taxa de urbanização e a proporção de idosos e de jovens da população municipal. Tais dados tiveram como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁴.

⁴ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=13&i=P>>. Acesso em: 13 junho de 2017.

6 RESULTADOS

6.1 Primeiro estágio: determinantes da migração partidária

Fazendo uso dos modelos de escolha binária, poderemos verificar se entre os anos de 2001 a 2012 a migração partidária exerceu efeito sobre os migrantes. O grupo de tratamento será composto pelos municípios cujo prefeito se encontra em um partido diferente daquele pelo qual foi eleito em algum dos anos do seu mandato, sendo levado em conta na análise apenas o caso em que o prefeito mudou uma única vez de partido ao longo do mandato¹. Como apresentado pela Figura 1, em torno de 90% das migrações partidárias se concentram no terceiro ano de mandato dos prefeitos. Desse modo, a análise dos determinantes da migração partidária será centrada nestes anos: 2003, 2007 e 2011. O grupo de controle será escolhido por meio da aplicação da técnica de *propensity score matching*.

Para o cálculo do *propensity score* foram escolhidas variáveis com base na literatura que busca explicar a migração partidária, tal como apresentada na revisão bibliográfica e descritas na seção precedente. Utilizando essas variáveis podemos calcular a probabilidade de um município ser tratado, isto é, dado o vetor de características observáveis estima-se a probabilidade do prefeito do município migrar de partido durante seu mandato. Para o primeiro estágio, serão estimados modelos *probit*, *logit* e OLS para cada um dos anos chave, no qual a mudança partidária é a variável *dummy* dependente, cujo valor é “1” para os municípios que apresentaram migração partidária do prefeito e “0” para os demais. Após serem estimados os parâmetros do modelo, a cada município é atribuído um valor de probabilidade (*propensity score*) do município ser tratado.

Para cada um dos recortes em *cross-section*, podemos estimar a probabilidade de um prefeito mudar de partido de acordo com o seguinte modelo de escolha binária:

$$\begin{aligned}
 x_{i,t} = & \beta_1 colpres_{i,t} + \beta_2 colgov_{i,t} + \beta_3 esq_{i,t} + \beta_4 dir_{i,t} + \beta_5 out_{i,t} + \beta_6 pm_{i,t} \\
 & + \beta_7 idade_{i,t} + \beta_8 sex_{i,t} + \beta_9 logpop_{i,t} + \beta_{10} propurb_{i,t} + \beta_{11} prop65m_{i,t} \\
 & + dummiesdeestado + dummiesdeano + dummiesdeescolaridade + \varepsilon_{i,t}
 \end{aligned} \tag{20}$$

A variável $x_{i,t}$ é a *dummy* que assume valor “1” se prefeito do município i no ano $t \in \{2003, 2007, 2011\}$ mudou de partido, $colpres_{i,t}$ e $colgov_{i,t}$ são *dummies* que captam se o partido do prefeito pertence a coligação do presidente ou do governador, respectivamente. Já as *dummies* $esq_{i,t}$, $dir_{i,t}$ e $out_{i,t}$ assumem valor “1” se a ideologia do partido do prefeito for de esquerda, ou direita, ou outros, conforme a classificação apresentada por Martins (2002). Nesse caso, para evitar multicolinearidade perfeita é omitido o agrupamento de

---

¹ São excluídos da base de dados os municípios cujo prefeito mudou de partido mais de uma vez durante o seu mandato, de modo que seja possível analisar apenas o efeito da migração em si.

centro, e essa escolha levou em conta o fato de ser este o agrupamento com maior número de prefeituras². A *dummy* $pm_{i,t}$ assume valor “1” se o prefeito do município está em seu primeiro mandato. Finalizando as características do candidato, a variável $idade_{i,t}$ se refere a idade do prefeito, ao passo que a *dummy* $sex_{i,t}$ assume valor “1” se o prefeito é homem, e “0” caso contrário. São também incluídos controles demográficos, como o logaritmo da população do município, a proporção de habitantes na zona urbana e a proporção de idosos no municípios, representados pelas variáveis $logpop_{i,t}$, $propurb_{i,t}$ e $prop65m_{i,t}$, respectivamente. Por fim, são incluídas *dummies* de estado e *dummies* de escolaridade, optando-se neste caso por omitir a escolaridade mais frequente (superior completo).

Os resultados dos modelos estimados para a probabilidade de o prefeito do município mudar de partido durante o seu mandato são apresentados na Tabela 4. Foram testadas três especificações para cada um dos anos analisado: (1), (4) e (7) apresentam a estimação do modelo *probit*, (2), (5) e (8) a estimação do modelo *logit* e, por fim, (3), (6) e (9) com o OLS.

---

² Em cerca de 45% das prefeituras consideradas o prefeito pertence a um partido de centro, 32% em partidos de direita, 21% de esquerda e 2% outros.

Tabela 4 – Resultado das estimações do modelo de escolha binária

Variáveis Explicativas	Migrou em 2003			Migrou em 2007			Migrou em 2011		
	(1) Probit	(2) Logit	(3) OLS	(4) Probit	(5) Logit	(6) OLS	(7) Probit	(8) Logit	(9) OLS
Coligação do Presidente	-0,16 (0,10)	-0,28 (0,18)	-0,03* (0,02)	-0,90*** (0,12)	-1,64*** (0,23)	-0,19*** (0,02)	-0,49*** (0,06)	-0,86*** (0,11)	-0,09*** (0,01)
Coligação do Governador	-0,46*** (0,06)	-0,83*** (0,12)	-0,06*** (0,01)	-0,20*** (0,05)	-0,38*** (0,10)	-0,04*** (0,01)	-0,48*** (0,05)	-0,85*** (0,10)	-0,09*** (0,01)
Esquerda	0,25*** (0,08)	0,45*** (0,14)	0,04*** (0,01)	0,53*** (0,07)	0,95*** (0,12)	0,13*** (0,02)	0,34*** (0,07)	0,61*** (0,13)	0,05*** (0,01)
Direita	0,17*** (0,06)	0,30** (0,12)	0,01 (0,01)	0,26*** (0,06)	0,48*** (0,10)	0,05*** (0,01)	0,47*** (0,06)	0,81*** (0,12)	0,07*** (0,01)
Outros	0,07 (0,23)	0,10 (0,42)	0,02 (0,04)	0,93*** (0,13)	1,57*** (0,22)	0,31*** (0,04)	0,54*** (0,14)	0,93*** (0,26)	0,10*** (0,03)
Primeiro Mandato	0,29*** (0,05)	0,53*** (0,10)	0,05*** (0,01)	0,52*** (0,06)	0,95*** (0,11)	0,10*** (0,01)	0,59*** (0,06)	1,13*** (0,11)	0,09*** (0,01)
Idade	-0,01** (0,01)	-0,01** (0,01)	-0,01*** (0,01)	-0,01* (0,01)	-0,01* (0,01)	-0,01* (0,01)	-0,01** (0,01)	-0,01** (0,01)	-0,01*** (0,01)
Sexo	0,12 (0,11)	0,25 (0,21)	0,02 (0,02)	0,14 (0,09)	0,24 (0,16)	0,03 (0,02)	0,01 (0,09)	-0,02 (0,16)	0,01 (0,02)
Analfabeto	- (0,31)	- (0,31)	- (0,31)	- (0,31)	- (0,31)	- (0,31)	0,00 (0,31)	0,00 (0,31)	0,89*** (0,31)
Lê e escreve	0,05 (0,18)	0,14 (0,33)	0,01 (0,03)	0,17 (0,18)	0,32 (0,30)	0,05 (0,04)	0,31 (0,24)	0,63 (0,42)	0,07 (0,04)
Fundamental Incompleto	0,08 (0,12)	0,15 (0,22)	0,01 (0,02)	0,26*** (0,08)	0,46*** (0,14)	0,06*** (0,02)	0,15 (0,10)	0,30* (0,18)	0,03* (0,02)
Fundamental Completo	0,09 (0,09)	0,15 (0,18)	0,02 (0,02)	-0,01 (0,09)	-0,04 (0,17)	-0,01 (0,02)	0,06 (0,10)	0,12 (0,19)	0,01 (0,02)
Médio Incompleto	0,08 (0,12)	0,15 (0,22)	0,01 (0,02)	0,03 (0,12)	0,06 (0,20)	0,01 (0,03)	0,23* (0,13)	0,43* (0,23)	0,05* (0,02)
Médio Completo	0,12* (0,07)	0,22* (0,12)	0,02* (0,01)	0,04 (0,06)	0,08 (0,11)	0,01 (0,01)	0,14** (0,06)	0,25** (0,12)	0,02** (0,01)
Superior Incompleto	-0,44*** (0,13)	-0,91*** (0,26)	-0,06*** (0,02)	0,16* (0,09)	0,31* (0,16)	0,04* (0,02)	0,05 (0,11)	0,10 (0,20)	0,01 (0,02)
Log da população	-0,03 (0,03)	-0,05 (0,06)	-0,01 (0,01)	-0,01 (0,03)	-0,01 (0,05)	0,01 (0,01)	0,05 (0,03)	0,09 (0,06)	0,01 (0,01)
Proporção com mais de 65 anos	1,90 (1,75)	3,69 (3,29)	0,30 (0,29)	1,18 (1,48)	2,28 (2,69)	0,23 (0,32)	2,17 (1,51)	4,40 (2,80)	0,34 (0,24)
Proporção em zona urbana	-0,19 (0,15)	-0,38 (0,28)	-0,02 (0,03)	-0,16 (0,13)	-0,32 (0,24)	-0,04 (0,03)	-0,18 (0,15)	-0,30 (0,28)	-0,03 (0,03)
Dummies de estado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
(Pseudo) R^2	0,135	0,134	0,093	0,153	0,154	0,140	0,187	0,186	0,134
N	4974	4974	4974	4974	4974	4974	4974	4974	4974

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão. Quanto ao grau de ajuste, para os modelos estimados por meio de *probit* e *logit*, é utilizado o *pseudo R*², ao passo que para o OLS o grau de ajuste é dado pelo *R*².

Fonte: Própria elaboração.

Os resultados apresentados na Tabela 4 corroboram aqueles que eram previstos pela análise descritiva dos dados empreendida na seção anterior. Em conformidade com o que é argumentado pela literatura, a presença de um político a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente sua probabilidade de mudar de partido, com exceção para estar coligado com o presidente em 2003 (MELO, 2003; DESPOSATO, 2006). Em específico, estar coligado com o partido recém-eleito, nesse caso o PT, não reduziu as chances de o prefeito mudar, o que pode ser motivado pela incerteza inerente ao primeiro ano de governo petista. Quanto ao aspecto ideológico, o sinal positivo dos coeficientes *direita*, *esquerda* e *outros* apontam que os partidos de centro sofrem menos com a migração dos seus quadros, cuja hipótese aventada na seção anterior

era a de que nesse agrupamento se encontram os maiores partidos. No extremo oposto, o agrupamento Outros, que é composto pelos menores partidos, dentre os agrupamentos ideológicos é aquele que apresenta o maior impacto positivo sobre a probabilidade de migrar, com exceção da eleição de 2003 onde não foi detectada significância estatística. Outro resultado de destaque reside sobre a variável Primeiro Mandato, que confirma a evidência apontada na Figura 11 de que os prefeitos em primeiro mandato migram mais que os prefeitos em segundo mandato, uma vez que, motivados pela ambição de reeleição, buscam os partidos que ofereçam melhores condições para a consecução deste fim.

Quanto as características pessoais, a idade do prefeito teve impacto negativo sobre sua probabilidade de migrar, confirmando a hipótese de Reed e Scheiner (2003). Quanto a escolaridade, todos os parâmetros foram positivos, com uma ressalva para o Superior Incompleto em 2003, embora nem todos significativos, indicando que os mais escolarizados, isto é, aqueles com ensino superior completo, tendem a migrar menos que os demais. Finalizando as características pessoais do político, a variável sexo não impactou a probabilidade de o prefeito migrar de partido.

6.2 Segundo Estágio: Efeitos da Migração Partidária

6.2.1 Análise do pareamento

Com os parâmetros obtidos para cada um dos três modelos *logit* (2003, 2007 e 2011) foi calculado o *propensity score* de cada município em cada um desses anos e, na sequência, foi realizado o pareamento entre os municípios com migração e aqueles que não passaram por esse tratamento. O método de pareamento utilizado foi o *nearest-neighbor* sem reposição, com apenas um controle para cada tratado e *caliper* 0,02, e, além disso, o controle encontrado foi obtido no mesmo ano que o tratamento afetou o município tratado.

Pela Figura 12 é possível verificar a distribuição dos *propensity score* antes e depois do pareamento, e então perceber que após o mesmo os dois grupos tornam-se bastante semelhantes, ao contrário do que ocorria anteriormente, permitindo uma inspeção visual da validade da hipótese de suporte comum. Sobre a distribuição do *propensity* antes do pareamento, é possível notar que no grupo de controle as observações se concentram nas menores probabilidades de migrar, indicando que as características dos municípios cujo prefeito não mudou de partido os tornam menos propensos a passarem por uma mudança partidária. Além disso, pelas Tabelas A1, A2 e A3, apresentadas no apêndice deste trabalho, é possível conferir que, após realizado o pareamento, nenhuma das covariadas utilizadas na estimação do modelo *logit* possuem diferenças significativas de média.

Figura 12 – Histograma do *propensity score* - controle e tratamento

(a) 2003

(b) 2007

(c) 2011

Fonte: Própria elaboração.

6.2.2 Efeito da migração sobre o migrante

Uma vez realizado o pareamento dos grupos de tratamento e controle, a análise empreendida se volta para a verificação do efeito que a migração partidária exerce sobre as probabilidades de o político tentar a reeleição na eleição seguinte, o que será denominado

reapresentação, e sobre a probabilidade de reeleição dos prefeitos. Para a estimação do impacto que migrar exerce sobre a chance do prefeito se reapresentar serão estimados seis modelos *logit*, dois para cada uma das três eleições consideradas. Desses dois modelos por eleição, um será estimado sem levar em conta o pareamento previamente realizado, ao passo que o outro levará em consideração o pareamento. O modelo inicial a ser estimado segue a seguinte forma funcional:

$$y_{i,t} = \beta \text{migrante}_{i,t} + \rho \log \text{pop}_{i,t} + \gamma \text{prop14} m_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (21)$$

A variável $y_{i,t}$ assume valor “1” caso o prefeito se reapresente no município i na eleição $t \in \{2004, 2008, 2012\}$ e “0” caso contrário. A principal variável independente é $\text{migrante}_{i,t}$ que toma valor “1” se o prefeito que se reapresenta na eleição t mudou de partido ao longo do seu mandato. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 5. Os modelos (1), (3) e (5) não levam em consideração o pareamento, ao passo que (2), (4) e (6) o fazem.

Em termos gerais, as estimações apontam que os prefeitos migrantes são mais propensos a buscarem reeleição, em sintonia com a hipótese de Kerevel (2017) e com os resultados obtidos por Schmitt (1999) para os parlamentares brasileiros. Tal resultado também está de acordo com os dados coletados, que apontam que os migrantes se reapresentam na eleição seguinte em 77,92% dos casos, enquanto que os não migrantes se reapresentam em 74,03% das vezes, condicional ao prefeito estar em primeiro mandato e a amostra estar pareada. É possível notar que ao longo das eleições a migração tornou-se cada vez mais influente sobre a chance de reapresentação³.

Além do efeito da migração sobre a chance de reapresentação, foram estimados modelos *logit* que levem em consideração os quatro casos possíveis de migração como variáveis explicativas chave: migração de fora da base para dentro da base ($F \Rightarrow D$), de dentro para fora ($D \Rightarrow F$), de fora para fora ($F \Rightarrow F$) e de dentro para dentro ($D \Rightarrow D$). A regressão estimada é apresentada na equação (22):

$$y_{i,t} = \beta_{FD} F D_{i,t} + \beta_{DF} D F_{i,t} + \beta_{FF} F F_{i,t} + \beta_{DD} D D_{i,t} + \rho \log \text{pop}_{i,t} + \gamma \text{prop14} m_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (22)$$

As variáveis explicativas $FD_{i,t}$, $DF_{i,t}$, $FF_{i,t}$ e $DD_{i,t}$ são binárias que assumem valor “1” para o prefeito que mude de partido, de acordo com o tipo de migração realizada por ele⁴. Isto é, para um prefeito eleito em 2000 por um partido que seja da base do governo do estado, e que em 2003 mude para um partido que esteja fora da base, a *dummy* DF

³ A título de ilustração, em 2004 a taxa de reapresentação dos migrantes foi de 73,83%, enquanto que a dos não migrantes foi de 72,33%. Já em 2012, essas taxas estavam em 78,50% e 73,26% para migrantes e não migrantes, respectivamente.

⁴ Os diferentes tipos de migração são aqueles definidos anteriormente: FD capta aqueles prefeitos que mudam de um partido de fora da base para dentro da base governista, DF para os que mudam de dentro de um partido da base para fora da base, FF para os que mudam de fora de um partido da

Tabela 5 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre reapresentação - sem especificar por tipo de migração

Variáveis	2004		2008		2012	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Sem parear	Pareado	Sem parear	Pareado	Sem parear	Pareado
Migração	0,11 (0,12)	0,04 (0,17)	0,19* (0,10)	0,24* (0,13)	0,31*** (0,12)	0,28* (0,15)
Log da população	0,03 (0,04)	0,14* (0,09)	-0,00 (0,04)	0,02 (0,06)	0,02 (0,04)	-0,04 (0,07)
Proporção com menos de 14 anos	3,51*** (0,85)	3,36* (1,72)	-0,58 (0,82)	-0,45 (1,38)	0,55 (0,87)	0,86 (1,64)
Pseudo R^2	0,006	0,009	0,001	0,002	0,002	0,004
N	3002	751	3763	1414	3012	954

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão.

Fonte: Própria elaboração.

assumirá valor “1”, e então será captado o impacto desse tipo de migração sobre as chances desse prefeito se reapresentar na eleição de 2004, condicional a ele estar em primeiro mandato.

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 6. Nas regressões (1), (2), (5), (6), (9) e (10) a amostra utilizada não está pareada, ao passo que em (3), (4), (7), (8), (11) e (12) está. Por fim, as regressões ímpares utilizam como variável explicativa a migração para a base do governo estadual, enquanto que as pares utilizam a base do governo federal. Desse modo, o grupo de referência, omitido na regressão, é o dos não migrantes. Por exemplo, se o prefeito migra de um partido que não está na base do governo do seu estado para um partido que está, a variável “*de fora para dentro da base estadual*” ($F \Rightarrow D$) recebe valor “1”, e “0” caso contrário. A mesma lógica se aplica para as demais possibilidades. Além disso, as regressões estimadas estão separadas entre os três anos eleitorais: 2004, 2008 e 2012. Assim, na regressão de 2004 estão os prefeitos eleitos em 2000 e que podem tentar a reeleição em 2004.

As regressões não pareadas, sobretudo as que analisam a migração em relação a base estadual como em (1), (5) e (9), indicam que a migração tem efeito positivo sobre a chance de reapresentação do candidato. Condicional a amostra pareada, os não migrantes tem uma taxa de reapresentação de 72,33%, 75,53% e 73,26% nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. Dando maior ênfase às regressões pareadas, em (3), (7) e (11) é possível notar que os migrantes para a base estadual têm maior chance de conseguir reapresentação quando fazem o movimento migratório de fora para dentro da base ($F \Rightarrow D$),

---

base para outro partido de fora e DD para os que mudam de um partido de dentro da base para outro da base. Quanto a base, é possível que a migração se direcione para a base do governo do estado ou do governo da federação

com significância estatística nas eleições de 2008 e 2012. Os dados coletados corroboram esse resultado, uma vez que a taxa de reapresentação dos que fazem esse tipo de movimento migratório é 77,70%, 80,29% e 84,09% nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. A mesma regularidade não é encontrada quando são analisadas as migrações em relação a base do governo federal, tal como apresentadas em (4), (8) e (12). Essa diferença entre as esferas de poder pode ser um indicativo de que o prefeito que migra tendo como objetivo conseguir uma reapresentação esteja de olho no partido do governador, e não do presidente, visto que a proximidade com o primeiro tende a ser maior do que com o segundo.

Tabela 6 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre a reapresentação - especificando por tipo de migração

Variáveis	2004				2008				2012			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado
F⇒D	0,25 (0,19)		0,24 (0,23)		0,21 (0,13)		0,27* (0,16)		0,77*** (0,29)		0,74** (0,32)	
D⇒F	0,07 (0,32)		-0,08 (0,34)		0,24 (0,24)		0,27 (0,27)		0,15 (0,19)		0,12 (0,21)	
F⇒F	-0,27 (0,18)		-0,41* (0,23)		0,10 (0,19)		0,12 (0,21)		0,35** (0,18)		0,35* (0,21)	
D⇒D	0,76** (0,33)		0,73** (0,36)		0,21 (0,22)		0,29 (0,24)		-0,12 (0,35)		-0,20 (0,36)	
F⇒D		-0,22 (0,34)		-0,28 (0,36)		-0,15 (0,32)		-0,19 (0,34)		0,14 (0,30)		0,12 (0,33)
D⇒F		0,37 (0,43)		0,35 (0,47)		1,31* (0,74)		1,36* (0,74)		0,35 (0,21)		0,32 (0,24)
F⇒F		0,15 (0,13)		0,09 (0,18)		0,19* (0,10)		0,24* (0,13)		0,31* (0,17)		0,30 (0,20)
D⇒D		-2,03* (1,16)		-2,07* (1,16)		- (-)		- (-)		0,35 (0,29)		0,31 (0,31)
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Pseudo R^2	0,009	0,008	0,021	0,015	0,001	0,002	0,003	0,006	0,004	0,003	0,009	0,004
N	3002	3002	751	751	3763	3763	1414	1414	3012	3012	954	954

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão. F⇒D = “De fora para dentro da base”, D⇒F = “De dentro para fora da base”, F⇒F = “De fora para fora da base” e D⇒D = “De dentro para dentro da base”. Quanto ao grau de ajuste, para os modelos estimados por meio de *probit* e *logit*, é utilizado o *pseudo R*², ao passo que para o OLS o grau de ajuste é dado pelo *R*². No controle está incluída a proporção da população do município com idade inferior a 14 anos e o *log* da população total do município.

Fonte: Própria elaboração.

Quanto às chances de reeleição, a análise descritiva sem parear as amostras aponta que entre os migrantes o percentual dos que conseguem reeleição, uma vez que tenham se reapresentado na eleição seguinte, é de 58,30%, enquanto que para os não migrantes essa taxa é de 60,29%. Resultados similares foram encontrados para parlamentares brasileiros por Schmitt (1999), e com os trabalhos internacionais de Grose e Yoshinaka (2003) e Kerevel (2017). Na Tabela 7 são apresentadas regressões similares às que foram expostas na Tabela 5 e estimadas pelo modelo representado na equação (21), mas agora com a *dummy* de reeleição como variável dependente. Em termos gerais, os resultados apontam que a migração não exerce impacto sobre a chance de reeleição dos candidatos. Conforme os dados obtidos, para a amostra pareada, a taxa de reeleição dos migrantes é de 53,68%, 63,65% e 52,06%, enquanto que para os não migrantes tais taxas foram de 54,92%, 64,05 e 49,64% nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente.

Tabela 7 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre reeleição - sem especificar por tipo de migração

Variáveis	2004		2008		2012	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	Sem parear	Pareado	Sem parear	Pareado	Sem parear	Pareado
Migração	-0,11 (0,12)	-0,06 (0,17)	-0,12 (0,09)	-0,00 (0,13)	-0,06 (0,11)	0,11 (0,15)
Log da população	-0,12*** (0,04)	0,01 (0,08)	-0,03 (0,04)	0,01 (0,06)	-0,12*** (0,04)	-0,12* (0,07)
Proporção com menos de 14 anos	0,38 (0,86)	1,01 (1,67)	-1,64* (0,84)	-2,39* (1,34)	-2,54*** (0,90)	-2,58 (1,62)
Pseudo R^2	0,003	0,001	0,002	0,002	0,007	0,007
N	2141	549	2911	1099	2207	724

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão.

Fonte: Própria elaboração.

Assim como fora feito para a reapresentação, a Tabela 8 especifica o efeito que os diferentes tipos de migração exerce sobre a chance de reeleição dos prefeitos que se reapresentam. Embora sem significância estatística, apenas a migração ($F \Rightarrow D$) manteve um parâmetro positivo em (3), (7) e (11), o que está de acordo com os dados coletados, visto que a taxa de reeleição para esse sentido migratório foi de 58,23%, 65,78% e 52,70% nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente⁵. Por sua vez, apenas um parâmetro apresentou significância nestas três regressões: a migração ($D \Rightarrow F$) em 2004, o que reflete a baixa taxa de reeleição desse tipo de migrante nessa eleição (42,47%), bem abaixo da média dos migrantes que foi de 53,68%. Para a análise da migração em relação a base do governo federal, os resultados encontrados foram similares ao da migração para a base do

⁵ Lembrando que, na amostra pareada, os não migrantes tiveram uma taxa de reeleição de 54,92%, 64,05% e 49,64%

governo estadual, mas sem significância em nenhum dos parâmetros estimados.

Em resumo, os dados e as regressões estimadas apontam que os migrantes têm maior chance de tentar reeleição, mas sem muito impacto sobre a chance de se reelegerem, sendo que, dentre os migrantes, os melhores desempenhos para ambas as variáveis dependentes se encontram entre aqueles que migram de um partido de fora da base do governo estadual para um partido que esteja dentro dessa base.

Tabela 8 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre a reeleição - especificando por tipo de migração

Variáveis	2004				2008				2012			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado	Estadual	Federal	Estadual Pareado	Federal Pareado
F⇒D	0,12 (0,19)		0,14 (0,23)		-0,06 (0,12)		0,08 (0,15)		0,06 (0,23)		0,19 (0,26)	
D⇒F	-0,52 (0,33)		-0,61* (0,37)		-0,00 (0,23)		0,11 (0,25)		0,01 (0,19)		0,17 (0,22)	
F⇒F	-0,15 (0,21)		-0,11 (0,26)		-0,34* (0,18)		-0,28 (0,21)		-0,14 (0,16)		0,05 (0,19)	
D⇒D	-0,26 (0,26)		-0,05 (0,29)		-0,12 (0,21)		0,02 (0,23)		-0,16 (0,38)		-0,07 (0,40)	
F⇒D		0,01 (0,39)		0,01 (0,41)		0,14 (0,35)		0,30 (0,39)		0,34 (0,31)		0,50 (0,33)
D⇒F		-0,62 (0,40)		-0,55 (0,43)		0,01 (0,44)		0,15 (0,44)		0,03 (0,20)		0,21 (0,22)
F⇒F		-0,06 (0,13)		-0,01 (0,18)		-0,14 (0,10)		-0,03 (0,13)		-0,20 (0,16)		-0,05 (0,19)
D⇒D		- -		- -		- -		- -		-0,06 (0,27)		0,07 (0,29)
Controles	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Pseudo R^2	0,005	0,004	0,006	0,003	0,003	0,002	0,004	0,003	0,007	0,008	0,008	0,010
N	2141	2141	549	549	2911	2911	1099	1099	2207	2207	724	724

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão. F⇒D = “De fora para dentro da base”, D⇒F = “De dentro para fora da base”, F⇒F = “De fora para fora da base” e D⇒D = “De dentro para dentro da base”. Quanto ao grau de ajuste, como os modelos foram estimados por meio de um *logit*, é utilizado o *pseudo R*².

Fonte: Própria elaboração.

6.2.3 Efeito da migração sobre o município

Além de verificar o impacto que a migração teve sobre o político migrante, também foi verificado se o fato de um prefeito mudar de partido teve impacto sobre as transferências que município recebe. Entretanto, no caso das transferências, será utilizada a metodologia de diferenças em diferenças, se concentrando nos prefeitos que mudaram de partido nos três anos chave (2003, 2007 e 2011). Por exemplo, para um prefeito eleito em 2000, cujo mandato se estende entre os anos de 2001 a 2004, será verificado se o fato dele mudar de partido, por exemplo em 2003, tem impacto sobre a trajetória das transferências recebidas pelo município nos anos de 2003 e 2004, que são os períodos após o tratamento⁶.

A hipótese central do método é que o grupo de controle represente o que teria ocorrido com a variável de resultado dos tratados na ausência do tratamento. A verificação visual da trajetória da transferência média para os grupos de tratamento e controle é apresentada nas Tabelas B1, B2 e B3, incluídas no apêndice deste trabalho. Por exemplo, na Tabela B1 para as outras transferências estaduais (DEO) entre os eleitos em 2000 há uma considerável coincidência de trajetória entre os dois grupos, mas após o ano de 2003 (que é o ano chave de migração para os eleitos em 2000) é possível notar uma mudança na trajetória desse tipo de transferência para os municípios tratados, um indicativo de que o tratamento teve um efeito positivo sob os tratados.

A regressão estimada será dada por:

$$y_{i,t} = \beta T_i t + \rho T_i + \gamma t + \alpha_1 \log pop + \alpha_2 prop14 + \alpha_3 PIBpc + \varepsilon_{i,t} \quad (23)$$

A variável $y_{i,t}$ é a variável dependente de interesse, divididas em seis tipos de transferências recebidas pelos municípios, todas elas deflacionadas e colocadas em nível *per capita*:

- Não discricionária federal (NdF): Cota de participação dos municípios (FPM)⁷;
- Não discricionária estadual (NdE): Cota-parte do Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) mais Cota-parte do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA);
- Discricionária federal Outras (DFO): Outras transferências da união;
- Discricionária estadual Outras (DEO): Outras transferências do estado;

⁶ Cabe destacar que, embora o político possa ter migrado em qualquer mês do ano de 2003, essa diferença no mês de migração não entrará na análise, sendo considerado que o impacto de migrar já começa no próprio ano de migração, que nesse caso é 2003.

⁷ O FPM é uma transferência constitucional da União para os municípios, composta por 22,5% da arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados. Como a cota determinada a cada município segue uma fórmula de cálculo, tal transferência foi aqui caracterizada como não discricionária.

- Discrecionária federal Capital (DFC): Transferências de capital da União; e
- Discrecionária estadual Capital (DEC): Transferências de capital do estado.

As transferências não discrecionárias, como a NdF (FPM) e a NdE (cota-parte do ICMS + cota-parte do IPVA), são distribuídos aos municípios por meio de critérios constitucionais ou legais pré-definidos, de tal forma que a migração partidária não deve ter impacto sobre o montante dessas transferências que o município recebe. Por exemplo, um prefeito que mude para o partido do governador na esperança de receber mais recursos, não deve esperar que eles venham sob a forma de transferências não discrecionárias, mas sim por meio das rubricas discrecionárias. Quanto a estas, conforme o art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, as transferências voluntárias compreendem a entrega de recursos correntes (DFO e DEO) ou de capital (DFC e DEC) a outro ente da Federação, a título de cooperação ou auxílio, e que não decorra de determinação constitucional ou legal. Assim, a DFO e DEO, cujo montante transferido não está associado a critérios bem definidos, tal como ocorre com as não discrecionárias, podem refletir critérios puramente discrecionários para a sua distribuição. O mesmo é válido para a DFC e DEC, cujo recurso é destinado para investimentos por parte do município sem critérios pré-estabelecidos (SAKURAI, 2017; STN/SOF, 2017).

Continuando a descrição das variáveis da equação (23), a *dummy* T_i é uma variável binária que assume valor “1” para municípios que passaram por migração partidária em 2003, de modo que capta a diferença de médias na variável de resultado entre o grupo de tratamento e controle. Por exemplo, se o prefeito de um município mudar de partido em 2003, então a *dummy* T_i assumirá valor “1” em todos os anos do mandato desse prefeito, isto é, 2001 a 2004. Já t é uma *dummy* de tempo que assume valor “1” para os anos após o tratamento que, para os eleitos em 2000, cujo mandato cobre os anos de 2001 e 2004, são os anos de 2003 e 2004. Desse modo, tal *dummy* capta a variação de outros fatores que afetam a variável de resultado após 2003 que não o tratamento. Assim, a interação $T_i t$ assume valor “1” para os municípios migrantes apenas após o ano em que a migração ocorre, que no exemplo acima mencionado é o ano de 2003. Análise similar é válida para os prefeitos eleitos em 2004 (mandato entre 2005 e 2008) e 2008 (mandato entre 2009 e 2012). Por fim, estão incluídos controles relativos ao município, como o *log* da população total, proporção de menores de 14 anos e o PIB *per capita* deflacionado do município em questão.

Os resultados obtidos para o efeito da migração partidária sobre as transferências recebidas pelos municípios são apresentados na Tabela 9. Todos os modelos em painel são estimados por efeitos fixos o que, ao eliminar o efeito de características não observáveis constantes no tempo, acaba por suprimir T_i , uma vez que um município pertencente ao grupo tratado ou ao grupo de controle assume essa condição em todos os períodos do painel.

Sobre a análise dos resultados, é interessante notar pelo parâmetro β que o fato de o prefeito mudar de partido ao longo do mandato não teve impacto sobre a quantidade de transferências recebidas pelo município, salvo a exceção que ocorre no modelo (5), em que o município cujo prefeito migrou de partido recebeu R\$10,70 por habitante de transferências de capital do governo federal a mais comparativamente à prefeituras cujo prefeito não mudou de partido. Com relação ao parâmetro γ (que capta a diferença de transferências entre os dois primeiro anos de mandato do prefeito com os dois últimos), o que se observa é uma redução nas transferências de capital, tanto do governo federal como do governo estadual, do biênio final do mandato de cada prefeito, frente ao valor recebido no primeiro biênio. Por exemplo, de acordo com as estimações que cobrem os anos de 2001 a 2004, pelas regressões (5) e (6) é constatado que nos anos de 2003 e 2004 os municípios analisados recebem um montante inferior de transferências de capital frente ao valor recebido em 2001 e 2002. Neste último ano, sobretudo, os governos federal e estadual estão visando suas referidas eleições, o que pode estar motivando esse impacto positivo na transferência de capital que os mesmos fazem aos municípios.

Tabela 9 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre as transferências intergovernamentais

	Mandato 2001-2004 (tratamento em 2003)						Mandato 2005-2008 (tratamento em 2007)						Mandato 2009-2012 (tratamento em 2011)					
	(1) NdF	(2) NdE	(3) DFO	(4) DEO	(5) DFC	(6) DEC	(7) NdF	(8) NdE	(9) DFO	(10) DEO	(11) DFC	(12) DEC	(13) NdF	(14) NdE	(15) DFO	(16) DEO	(17) DFC	(18) DEC
β	5,21 (4,46)	-0,82 (4,74)	12,17 (8,21)	-2,12 (1,53)	10,70* (4,69)	1,61 (1,46)	3,29 (4,25)	-0,72 (3,01)	-1,38 (1,68)	1,21 (1,14)	-0,18 (2,33)	1,19 (1,19)	0,46 (4,63)	-4,49 (7,27)	-5,80 (3,83)	-2,30 (2,02)	0,53 (3,04)	-0,99 (1,48)
γ	-66,85*** (4,95)	-6,58 (5,26)	-14,62 (9,12)	-3,28 (1,70)	-24,75*** (5,21)	-10,02*** (1,63)	45,16*** (4,72)	8,96** (3,35)	-0,72 (1,87)	-2,75* (1,27)	0,99 (2,59)	-6,27*** (1,32)	104,65*** (5,30)	23,22** (8,32)	3,55 (4,38)	0,22 (2,31)	-13,05*** (3,48)	-8,66*** (1,69)
α_1	-208,52*** (68,18)	184,30* (72,46)	-256,37* (125,50)	22,66 (23,38)	-60,97 (71,66)	-8,00 (22,38)	-729,51*** (68,40)	88,72 (48,55)	-25,73 (27,11)	21,09 (18,45)	63,07 (37,52)	-5,16 (19,16)	-963,33*** (68,44)	-164,70 (107,48)	-48,94 (56,59)	-7,18 (29,80)	88,78* (44,92)	28,26 (21,87)
α_2	-5148,19*** (290,37)	-1395,55*** (308,58)	1004,64 (534,48)	215,92* (99,58)	116,73 (305,20)	-373,78*** (95,33)	-8444,63*** (307,62)	-1609,30*** (218,34)	139,54 (121,93)	-123,06 (82,96)	-235,32 (168,75)	-415,75*** (86,19)	-706,14 (360,55)	-3544,63*** (566,21)	950,27** (298,14)	-208,42 (156,99)	-1066,87*** (236,62)	-564,93*** (115,23)
α_3	-0,19 (0,40)	6,46*** (0,43)	0,90 (0,74)	-0,68*** (0,14)	-0,56 (0,42)	0,00 (0,13)	1,91*** (0,39)	1,29*** (0,28)	0,28 (0,15)	0,03 (0,11)	0,15 (0,21)	0,05 (0,11)	0,32 (0,37)	-5,53*** (0,59)	-0,55 (0,31)	0,01 (0,16)	0,02 (0,25)	0,14 (0,12)
R^2	0,003	0,113	0,015	0,043	0,033	0,018	0,550	0,105	0,005	0,001	0,005	0,007	0,388	0,104	0,016	0,002	0,008	0,012
N	4040	4040	4040	4040	4040	4040	5757	5757	5757	5757	5757	5757	4370	4370	4370	4370	4370	4370

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. O ano de 2003 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2001 a 2004. O ano de 2007 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2005 a 2008. O ano de 2011 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2009 a 2012. Quanto ao grau de ajuste, para os modelos estimados por meio de *probit* e *logit*, é utilizado o *pseudo R*², ao passo que para o OLS o grau de ajuste é dado pelo *R*². NdF = “Não discricionária federal”, NdE = “Não discricionária estadual”, DFO = “Discricionária federal outros”, DEO = “Discricionária estadual outros”, DFC = “Discricionária federal de capital” e DEC = “Discricionária estadual de capital”.

Fonte: Própria elaboração.

Assim como fora feito no caso da reapresentação e da reeleição, a migração será desagregada entre as possibilidades de migrar de e para um partido que esteja dentro ou fora da base do governo federal ou estadual. Uma hipótese é de que os prefeitos que partem de um partido de fora da base do governo do estado para um partido coligado ao governo passem a receber mais transferências discricionárias do governo do estado após esse tratamento. A regressão a ser estimada é apresentada em (24):

$$y_{i,t} = \beta_{FD}FD_{i,t} + \beta_{DF}DF_{i,t} + \beta_{FF}FF_{i,t} + \beta_{DD}DD_{i,t} + \rho T_i + \gamma t + \text{controles}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (24)$$

As variáveis T_i , t e os $\text{controles}_{i,t}$ seguem a mesma lógica da equação (23). Por sua vez, as variáveis explicativas $FD_{i,t}$, $DF_{i,t}$, $FF_{i,t}$ e $DD_{i,t}$ são binárias que assumem valor “1” nos anos após o prefeito ter mudado de partido nos municípios tratados, de acordo com o tipo de migração⁸. Isto é, se um prefeito partir de um partido que pertence a base governista do estado para um partido que esteja fora da base do governo estadual em 2003, então a *dummy* DF assumirá valor “1” em 2003 e 2004. Desse modo, os parâmetros β_j , com $j \in \{FD, DF, FF, DD\}$, captam o efeito do tratamento sobre os tratados, isto é, o efeito que os diferentes tipos de migração tem sobre cada uma das transferências recebidas pelos municípios. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 10.

Assim como verificado na Tabela 9 para a migração em si, a migração desagregada também não mostrou impactar de modo significativo as transferências recebidas pelos municípios, havendo apenas algumas exceções em para alguns tipos de migrações em algum determinado mandato para um certo tipo de transferência⁹. A exceção para as transferências discricionárias fica para a DFC e para a DEO, ambas em 2003, apresentadas nos painéis C e E, respectivamente. Para a primeira, o parâmetro negativo indica que a prefeitura cujo prefeito migra entre partidos de fora da base federal tem um incremento de transferências em aproximadamente R\$11,67 por habitante. Por sua vez, para a DEO, o parâmetro negativo para o ano de 2003 indica que, o município cujo prefeito parte de um partido que esteja de fora para dentro da base do governo estadual, tem um decréscimo nas transferências recebidas de aproximadamente R\$5,04 por habitante. Assim sendo, os exercícios empreendidos e apresentados nas Tabelas 9 e 10 dão indícios de que a migração partidária não exerce influência sobre as transferências fiscais recebidas pelos municípios brasileiros.

⁸ Os diferentes tipos de migração seguem como fora definido para as regressões de reapresentação e reeleição: FD capta aqueles prefeitos que mudam de um partido de fora da base para dentro da base governista, DF para os que mudam de dentro de uma partido da base para fora da base, FF para os que mudam de fora de um partido da base para outro partido de fora e DD para os que mudam de um partido de dentro da base para outro da base

⁹ Cumpre destacar que o parâmetro β_{DD} não é estimado para o painel que cobre 2005-2008, uma vez que nesse período, na base analisada, não foi registrado nenhum movimento de migrantes de um partido que esteja dentro da base do governo federal para outro partido coligado ao governo federal.

Tabela 10 – Resultado das estimações para o efeito da migração sobre as transferências intergovernamentais, por tipo de migração

	2003	2007	2011		2003	2007	2011
Painel A: NdF				Painel D: NdE			
β_{FD}	9,87 (10,05)	0,37 (12,73)	-5,10 (10,50)	β_{FD}	-2,07 (6,43)	-8,87* (3,68)	-25,47 (13,49)
β_{DF}	9,79 (11,83)	4,30 (17,75)	7,08 (6,83)	β_{DF}	-11,42 (9,91)	11,76* (5,99)	20,07 (10,27)
β_{FF}	4,28 (4,70)	3,43 (4,34)	-0,37 (5,75)	β_{FF}	1,40 (6,76)	-3,79 (5,04)	-9,13 (9,40)
β_{DD}	-4,73 (34,29)	- -	-7,84 (10,11)	β_{DD}	4,88 (8,34)	16,21** (5,46)	-38,87* (19,10)
Painel B: DFO				Painel E: DEO			
β_{FD}	14,20 (18,51)	-3,32 (5,04)	-7,50 (8,69)	β_{FD}	-5,04* (2,07)	0,74 (1,40)	-5,80 (3,75)
β_{DF}	12,50 (21,77)	-0,06 (7,03)	-6,95 (5,65)	β_{DF}	-0,14 (3,20)	-0,31 (2,28)	-0,86 (2,85)
β_{FF}	11,88 (8,66)	-1,30 (1,72)	-4,62 (4,75)	β_{FF}	-1,59 (2,18)	1,49 (1,92)	-2,96 (2,61)
β_{DD}	11,49 (63,12)	- -	-6,14 (8,36)	β_{DD}	1,37 (2,69)	3,41 (2,08)	2,74 (5,31)
Painel C: DFC				Painel F: DEC			
β_{FD}	2,95 (10,57)	-6,01 (6,98)	3,61 (6,89)	β_{FD}	1,51 (1,99)	1,16 (1,46)	-3,95 (2,75)
β_{DF}	10,12 (12,43)	7,58 (9,73)	5,91 (4,48)	β_{DF}	3,92 (3,06)	0,14 (2,37)	-2,74 (2,09)
β_{FF}	11,67* (4,95)	-0,06 (2,38)	-4,91 (3,77)	β_{FF}	-0,48 (2,09)	0,30 (2,00)	0,56 (1,92)
β_{DD}	20,02 (36,04)	- -	6,37 (6,63)	β_{DD}	3,82 (2,58)	3,23 (2,16)	4,51 (3,89)
N	4040	5757	4370	N	4040	5757	4370

Nota: ***, ** e * denotam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Valores entre parênteses representam o erro padrão. O ano de 2003 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2001 a 2004. O ano de 2007 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2005 a 2008. O ano de 2011 se refere ao ano do tratamento, mas a regressão estimada se refere a um painel de 2009 a 2012. Quanto ao grau de ajuste, para os modelos estimados por meio de *probit* e *logit*, é utilizado o *pseudo R*², ao passo que para o OLS o grau de ajuste é dado pelo *R*². NdF = “Não discricionária federal”, NdE = “Não discricionária estadual”, DFO = “Discricionária federal outros”, DEO = “Discricionária estadual outros”, DFC = “Discricionária federal de capital” e DEC = “Discricionária estadual de capital”.

Fonte: Própria elaboração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um traço marcante na política brasileira é a baixa fidelidade dos políticos com seus partidos, sendo raros os casos em que tais agentes fazem carreira em uma única legenda. Tal hábito é fruto tanto de uma legislação permissiva como também de um comportamento maximizador dos políticos e partidos envolvidos na troca. Como aponta Janda (2009), a coibição da migração partidária trás ao menos três benefícios: (i) reduz a corrupção, uma vez previne os maiores partidos de seduzir políticos de outras legendas com promessas financeiras e de cargos; (ii) aumenta a estabilidade do sistema político; (iii) torna os partidos políticos mais significativos, o que reduz o personalismo na política.

Este trabalho se propôs a investigar empiricamente os determinantes da migração partidária entre os prefeitos brasileiros, algo ainda não explorado pela literatura. A hipótese levantada e testada empiricamente é a de que os políticos agem racionalmente ao mudarem de partido e, desse modo, buscam aqueles que maximizem suas chances de conseguirem se reeleger no pleito seguinte. Assim sendo, o movimento migratório afligiria menos os partidos coligados com governos na esfera estadual e federal, uma vez que estes teriam melhores condições de auxiliarem os prefeitos em sua tentativa de reeleição. Em um segundo momento, buscou-se verificar os efeitos da migração partidária sobre o prefeito migrante, tanto em relação a sua chance de concorrer a uma eleição, como de efetivamente vencê-la. Além disso, é verificado se o fato de o prefeito mudar de partido afeta o volume de transferências recebidas pelo município em questão.

Para essa investigação, foi utilizada uma amostra com dados eleitorais e pessoais dos prefeitos de 4974 municípios entre os anos de 2001 e 2012, o que engloba três eleições: 2000, 2004 e 2008. Foram utilizados modelos de escolha binária em cada um dos anos-chave de mudança partidária: 2003, 2007 e 2011. A partir desses três modelos de escolha binária, foram verificados os determinantes da migração partidária e, a partir dos parâmetros obtidos nesses modelos, foi calculado o *propensity score* de cada município em cada um desses anos-chave e, na sequência, foi realizado o pareamento entre os municípios com migração e aqueles que não passaram por esse tratamento. Uma vez pareadas as amostras, foi avaliado em um modelo de escolha binária o impacto que a migração exerce sobre a probabilidade de reapresentação e reeleição dos prefeitos. Em uma análise subsequente, foi então analisado por meio de um modelo de *differences-in-differences* se a mudança de partido por parte do prefeito teve impacto sobre o montante de transferências recebidas pelo município ao qual ele fora eleito.

Os resultados encontrados corroboram os dados que foram previstos pela análise descritiva. Cerca de 90% das migrações partidárias se concentram nos anos entre as eleições estaduais/federais e as municipais (anos de 2003, 2007 e 2011), sendo portanto um reflexo do rearranjo das forças políticas no âmbito federal e estadual, tendo como objetivo

um melhor posicionamento para as próximas eleições municipais. Em conformidade com a revisão de literatura, a presença do prefeito a uma coligação em uma esfera superior de poder impacta significativa e negativamente a probabilidade do prefeito mudar de partido. No aspecto ideológico, os partidos de centro sofrem menos com a migração partidária, o que ocorre pelo fato de que nesse espectro concentram-se os maiores partidos, que estatisticamente são menos impactados pela migração de seus quadros. Outro resultado de destaque reside sobre a variável primeiro mandato, que aponta que os políticos em primeiro mandato migram mais, uma vez que, motivados pela ambição de se reelegerem, buscam partidos que ofereçam melhores condições para a consecução deste fim.

Em um segundo momento, foi avaliado o impacto da migração sobre os políticos migrantes. Tanto a análise descritiva dos dados como os resultados econométricos apontam que os políticos migrantes tem maior probabilidade de conseguirem disputar a eleição seguinte, sendo flagrantemente maior a chance entre aqueles que migram de partidos de fora da base do governo estadual rumo a um partido coligado ao governo estadual. Por outro lado, os impactos sobre a chance de reeleição são diversos entre os tipos de migrantes, sendo que apenas os migrantes que fazem o movimento de fora para dentro da base do governo estadual possuem um maior percentual de reeleitos, embora o parâmetro positivo que capte esse efeito não tenha sido significativo em nenhuma das regressões estimadas. Tal impacto sobre a chance de reeleição pode comprometer a eficácia da migração como uma ferramenta útil na busca dos políticos maximizarem suas chances de sucesso político. Por fim, não foi constatado nenhum efeito estatisticamente significativo da migração, tanto em si como desagregada pelos tipos de migrantes, sobre as transferências recebidas pelos municípios.

Em linhas gerais, quando analisados os dados relativos à transferência aos municípios, a migração partidária dos prefeitos não teve grandes efeitos econômicos. Entretanto, como uma conduta decorrente de um comportamento oportunista de políticos que desejam maximizar suas chances de sucesso eleitoral, a migração pode ser de fato uma estratégia interessante. Se, conforme argumentado ao longo do trabalho, os políticos coligados a uma esfera superior de poder migram menos, a migração que se destina a tais coligações, sobretudo em âmbito estadual, parece ser a mais vantajosa, haja visto que aumenta a chance de um político conseguir uma reapresentação e, além disso, pode cooperar para suas chances de reeleição. Porém, se por um lado a migração pode ser útil aos anseios dos políticos, ela contribui para a diminuição do grau de representatividade do sistema político, sobretudo para os casos em que a identificação do eleitor com relação ao partido se sobrepõe a do candidato. Nestes casos, a migração torna-se efetivamente uma traição ao eleitor.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. M. Ghost coalitions: economic reforms, fragmented legislatures and informal institutions in ecuador (1979-2002). *Ghost Coalitions: Economic Reforms, Fragmented Legislatures and Informal Institutions in Ecuador (1979-2002)*, Notre Dame University, 2004.
- ALDRICH, J. H.; BIANCO, W. T. A game-theoretic model of party affiliation of candidates and office holders. *Mathematical and Computer Modelling*, Elsevier, v. 16, n. 8-9, p. 103–116, 1992.
- ARAÚJO, M. *Mudança partidária. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados: 1979/1999. 2000*. Tese (Doutorado) — Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000,[Links], 2000.
- BRASIL, C. d. D. Resolução da câmara dos deputados nº 34. *Brasília: Senado Federal*, 2005.
- BRASIL, T. S. E. Lei nº9.504. *Brasília: Senado Federal*, 1997.
- BRASIL, T. S. E. Lei nº11.300. *Brasília: Senado Federal*, 2006.
- BRASIL, T. S. E. Resolução nº 22.610. *Brasília: Senado Federal*, 2007.
- CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. Some practical guidance for the implementation of propensity score matching. *Journal of economic surveys*, Wiley Online Library, v. 22, n. 1, p. 31–72, 2008.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: methods and applications*. [S.l.]: Cambridge university press, 2005.
- CASTLE, D.; FETT, P. J. Member goals and party switching in the us congress. In: UNIVERSITY OF MICHIGAN PRESS ANN ARBOR, MI. *Congress on display, Congress at work*. [S.l.], 2000. v. 200, p. 231.
- CHAMBERS, E. A.; COX, D. R. Discrimination between alternative binary response models. *Biometrika*, Biometrika Trust, v. 54, n. 3-4, p. 573–578, 1967.
- CHEN, G.; TSURUMI, H. Probit and logit model selection. *Communications in Statistics—Theory and Methods*, Taylor & Francis, v. 40, n. 1, p. 159–175, 2010.
- DAMIN, C. J. Migração partidária na câmara dos deputados em 2013. *Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Ano VII, n. I, p. 33–49, 2015.
- DESPOSATO, S. Party switching in brazil: Causes, effects, and representation. In: *Political Parties and Legislative Party Switching*. [S.l.]: Springer, 2009. p. 109–144.
- DESPOSATO, S.; SCHEINER, E. Governmental centralization and party affiliation: legislator strategies in brazil and japan. *American Political Science Review*, Cambridge Univ Press, v. 102, n. 04, p. 509–524, 2008.
- DESPOSATO, S. W. Parties for rent? ambition, ideology, and party switching in brazil's chamber of deputies. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 50, n. 1, p. 62–80, 2006.

- DINIZ, S. As migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, SciELO Brasil, v. 15, p. 31–47, 2000.
- FERNANDES, J. L. M.; FAGANELLO, M. A. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros. *newsletter*, v. 3, n. 7, 2016.
- FOGEL, M. N. Diferenças em diferenças. In: MENEZES-FILHO, N. (Org.). *Avaliação econômica de projetos sociais*. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. p. 69–84.
- FREITAS, A. Migração partidária na câmara dos deputados de 1987 a 2009. *Revista Dados*, v. 55, n. 4, 2012.
- FREITAS, A. M. d. *Migração partidária na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2008.
- GROSE, C. R.; YOSHINAKA, A. The electoral consequences of party switching by incumbent members of congress, 1947–2000. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 28, n. 1, p. 55–75, 2003.
- HECKMAN, J. J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. E. Matching as an econometric evaluation estimator: Evidence from evaluating a job training programme. *The review of economic studies*, Oxford University Press, v. 64, n. 4, p. 605–654, 1997.
- HELLER, W. B.; MERSHON, C. Party switching in the italian chamber of deputies, 1996–2001. *Journal of Politics*, Wiley Online Library, v. 67, n. 2, p. 536–559, 2005.
- HELLER, W. B.; MERSHON, C. Dealing in discipline: party switching and legislative voting in the italian chamber of deputies, 1988–2000. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 52, n. 4, p. 910–925, 2008.
- HOLLAND, P. W. Statistics and causal inference. *Journal of the American statistical Association*, Taylor & Francis, v. 81, n. 396, p. 945–960, 1986.
- JANDA, K. Laws against party switching, defecting, or floor-crossing in national parliaments. In: *World Congress of the International Political Science Association, Santiago, Chile*. [S.l.: s.n.], 2009.
- KATO, J.; YAMAMOTO, K. Competition for power: Party switching as a means for changing party systems in japan. In: . [S.l.: s.n.], 2005.
- KATO, J.; YAMAMOTO, K. Competition for power: party switching and party system change in japan. In: *Political parties and legislative party switching*. [S.l.]: Springer, 2009. p. 233–263.
- KEMAHLIOĞLU, Ö.; SAYARI, S. Defecting alone or splitting together? individual and collective party switching by legislators. *Public Choice*, Springer, v. 171, n. 1-2, p. 187–206, 2017.
- KEREVEL, Y. P. The costs and benefits of party switching in mexico. *Latin American Politics and Society*, Wiley Online Library, v. 59, n. 1, p. 28–51, 2017.
- KING, G.; BENJAMIN, G. The stability of party identification among us representatives: Political loyalty, 1789-1984. In: *annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, IL*. [S.l.: s.n.], 1986.

- KLEIN, E. Electoral rules and party switching: how legislators prioritize their goals. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 41, n. 3, p. 715–738, 2016.
- LANGER, D. M. O problema da infidelidade partidária e a perda do mandato parlamentar na democracia brasileira. 2016.
- LAVER, M.; BENOIT, K. The evolution of party systems between elections. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 47, n. 2, p. 215–233, 2003.
- LECHNER, M. Identification and estimation of causal effects of multiple treatments under the conditional independence assumption. In: *Econometric evaluation of labour market policies*. [S.l.]: Springer, 2001. p. 43–58.
- Lima Júnior, O. B. d. *Democracia e Instituições políticas no Brasil dos anos 80: Olavo Brasil de Lima Júnior*. [S.l.]: Edições Loyola, 1993. v. 9.
- MACIEL, E. C. B. d. A. Fidelidade partidária: um panorama institucional. *Textos para Discussão*, Consultoria Legislativa do Senado Federal Brasília, v. 9, 2004.
- MAINWARING, S. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. *Comparative Politics*, JSTOR, v. 24, n. 1, p. 21–43, 1991.
- MARTINS, L. R. Partidos, ideologia e composição social. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2002.
- MCKEE, S. C.; YOSHINAKA, A. Late to the parade: Party switchers in contemporary us southern legislatures. *Party Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 21, n. 6, p. 957–969, 2015.
- MCLAUGHLIN, E. Electoral regimes and party-switching: Floor-crossing in south africa's local legislatures. *Party Politics*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 18, n. 4, p. 563–579, 2012.
- MELO, C. R. *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. [S.l.]: Red Dados, 2000.
- MELO, C. R. Migração partidária, estratégias de sobrevivência política e governismo na câmara dos deputados. *O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.[Links]*, 2003.
- MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002*. [S.l.]: Editora UFMG, 2004.
- MERSHON, C. Legislative party switching. *The Oxford Handbook of Legislative Studies*, OUP Oxford, p. 418, 2014.
- MERSHON, C.; SHVETSOVA, O. Parliamentary cycles and party switching in legislatures. *Comparative Political Studies*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 41, n. 1, p. 99–127, 2008.
- MÜLLER, W. C.; STRØM, K. *Policy, office, or votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1999.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. [S.l.]: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

- REED, S. R.; SCHEINER, E. Electoral incentives and policy preferences: mixed motives behind party defections in japan. *British Journal of Political Science*, Cambridge Univ Press, v. 33, n. 03, p. 469–490, 2003.
- ROMA, C. Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar. *Dados rev. ciênc. sociais*, v. 50, n. 2, p. 351–392, 2007.
- ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. *Biometrika*, Biometrika Trust, v. 70, n. 1, p. 41–55, 1983.
- SAKURAI, S. N. *Estudos em economia do setor público e nova economia política*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2017.
- SANTOS, A. M. dos. *Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos*. [S.l.]: SciELO Brasil, 2000.
- SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na câmara dos deputados. *Novos Estudos Cebrap*, v. 54, n. 1, p. 127–146, 1999.
- SOUZA, C. et al. Mudanças entre partidos na câmara dos deputados: Sazonalidade e o impacto da fidelidade partidária. *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 16, n. 16, p. 56–78, 2015.
- STN/SOF, S. d. T. N. e. S. d. O. F. Manual de contabilidade aplicada ao setor público (mcasp). *Portaria Conjunta STN/SOF*, n. 7, 2017.
- STRØM, K. A behavioral theory of competitive political parties. *American journal of political science*, JSTOR, p. 565–598, 1990.
- THAMES, F. C. Searching for the electoral connection: parliamentary party switching in the ukrainian rada, 1998–2002. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 32, n. 2, p. 223–256, 2007.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross section and panel data*. [S.l.]: MIT press, 2010.
- YOSHINAKA, A. House party switchers and committee assignments: Who gets “what, when, how?”. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 30, n. 3, p. 391–406, 2005.
- YOUNG, D. J. An initial look into party switching in africa: Evidence from malawi. *Party Politics*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 20, n. 1, p. 105–115, 2014.
- ZIELINSKI, J.; SLOMCZYNSKI, K. M.; SHABAD, G. Electoral control in new democracies: The perverse incentives of fluid party systems. *World Politics*, Cambridge Univ Press, v. 57, n. 03, p. 365–395, 2005.

APÊNDICE A – TESTES DE MÉDIAS

Tabela A1 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2003

Variável		Média		Teste de Média (P-valor)
		Tratamento	Controle	
Coligação do Presidente	NP	0,0816	0,07935	0,852
	P	0,08484	0,07401	0,505
Coligação do Governador	NP	0,31597	0,43656	0,000
	P	0,32671	0,33574	0,750
Partido Esquerda	NP	0,19792	0,13665	0,000
	P	0,1787	0,17148	0,752
Partido Direita	NP	0,375	0,36926	0,788
	P	0,38087	0,40253	0,461
Outros Partidos	NP	0,01389	0,00932	0,297
	P	0,01444	0,01083	0,591
Homem	NP	0,94792	0,94452	0,737
	P	0,94585	0,93502	0,447
Lê e Escreve	NP	0,02257	0,0191	0,571
	P	0,02347	0,01444	0,271
Fundamental Incompleto	NP	0,12847	0,13324	0,751
	P	0,13177	0,13177	1,000
Fundamental Completo	NP	0,09375	0,09641	0,839
	P	0,09386	0,10469	0,547
Médio Incompleto	NP	0,05382	0,05161	0,822
	P	0,05415	0,05054	0,788
Médio Completo	NP	0,28299	0,22783	0,003
	P	0,28159	0,29242	0,691
Superior Incompleto	NP	0,03299	0,07435	0,000
	P	0,0343	0,02347	0,282
Primeiro Mandato	NP	0,68576	0,59277	0,000
	P	0,67509	0,68051	0,847
Idade	NP	49,62	50,325	0,089
	P	49,549	49,599	0,929
<i>Dummies</i> de estado			Sim	
Controles demográficos			Sim	

Nota: Na segunda coluna as siglas NP e P significam, respectivamente, "não pareado" e "pareado".

Fonte: Própria elaboração.

Tabela A2 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2007

Variável		Média		Teste de Média (P-valor)
		Tratamento	Controle	
Coligação do Presidente	NP	0,03096	0,08557	0,000
	P	0,03285	0,03528	0,786
Coligação do Governador	NP	0,29931	0,44466	0,000
	P	0,31022	0,31144	0,958
Partido Esquerda	NP	0,27523	0,22355	0,001
	P	0,27007	0,28224	0,581
Partido Direita	NP	0,36927	0,30961	0,001
	P	0,38929	0,3747	0,543
Outros Partidos	NP	0,0711	0,01292	0,000
	P	0,03893	0,04501	0,539
Homem	NP	0,92775	0,92638	0,888
	P	0,93066	0,92944	0,923
Lê e Escreve	NP	0,02408	0,01292	0,013
	P	0,0219	0,02068	0,864
Fundamental Incompleto	NP	0,14564	0,11068	0,004
	P	0,13625	0,13139	0,772
Fundamental Completo	NP	0,06537	0,07801	0,200
	P	0,06691	0,06083	0,614
Médio Incompleto	NP	0,04472	0,04193	0,710
	P	0,04623	0,04136	0,630
Médio Completo	NP	0,26147	0,25792	0,828
	P	0,26399	0,27494	0,617
Superior Incompleto	NP	0,08486	0,06802	0,000
	P	0,08151	0,06934	0,282
Primeiro Mandato	NP	0,87156	0,73208	0,000
	P	0,86375	0,85645	0,670
Idade	NP	49,102	50,053	0,008
	P	49,277	49,046	0,628
<i>Dummies</i> de estado			Sim	
Controles demográficos			Sim	

Nota: Na segunda coluna as siglas NP e P significam, respectivamente, "não pareado" e "pareado".

Fonte: Própria elaboração.

Tabela A3 – Teste de médias de covariadas antes e depois do pareamento - Ano de 2011

Variável		Média		Teste de Média (P-valor)
		Tratamento	Controle	
Coligação do Presidente	NP	0,41205	0,55632	0,000
	P	0,4245	0,41779	0,815
Coligação do Governador	NP	0,38762	0,52168	0,000
	P	0,39933	0,36745	0,258
Partido Esquerda	NP	0,25407	0,27162	0,359
	P	0,25839	0,26846	0,693
Partido Direita	NP	0,40554	0,25304	0,000
	P	0,39765	0,37248	0,372
Outros Partidos	NP	0,0456	0,02156	0,000
	P	0,04027	0,04866	0,483
Homem	NP	0,89739	0,91282	0,209
	P	0,89765	0,90604	0,627
Lê e Escreve	NP	0,01466	0,00941	0,222
	P	0,0151	0,01342	0,807
Fundamental Incompleto	NP	0,09609	0,09245	0,771
	P	0,09564	0,09899	0,845
Fundamental Completo	NP	0,07003	0,07571	0,617
	P	0,07215	0,06879	0,821
Médio Incompleto	NP	0,05212	0,03602	0,051
	P	0,05201	0,05201	1,000
Médio Completo	NP	0,30782	0,26566	0,028
	P	0,29866	0,28188	0,524
Superior Incompleto	NP	0,07329	0,06791	0,621
	P	0,07047	0,06544	0,730
Primeiro Mandato	NP	0,80782	0,57697	0,000
	P	0,80201	0,79866	0,885
Idade	NP	49,23	50,723	0,000
	P	49,299	49,334	0,949
<i>Dummies</i> de estado			Sim	
Controles demográficos			Sim	

Nota: Na segunda coluna as siglas NP e P significam, respectivamente, "não pareado" e "pareado".

Fonte: Própria elaboração.

APÊNDICE B – TRAJETÓRIA DAS TRANSFERÊNCIAS

Figura B1 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2000

(a) Transferências Federais

(b) Transferências Estaduais

Fonte – Própria elaboração.

Figura B2 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2004

(a) Transferências Federais

(b) Transferências Estaduais

Fonte – Própria elaboração.

Figura B3 – Transferências intergovernamentais - Eleitos em 2008

(a) Transferências Federais

(b) Transferências Estaduais

Fonte – Própria elaboração.